

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 008

PRESIDENTE - DEPUTADO SÁGUAS

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Declaro aberta a Audiência Pública com a finalidade de debater os direitos dos povos indígenas, requerida pelo Deputado Ságua, em parceria com o CIMI, com o GTME e com o Museu Rondon.

Convido para compor a Mesa: a Sr^a Maria de Fátima Roberto Machado, Presidente da Comissão de Assuntos Indígenas da UFMT (PALMAS); a Sr^a Maria Cecília Filipini, Assessora Jurídica do CIMI-Conselho Indigenista Missionária (PALMAS); A Sr^a Maria Clara Vieira Weiss, Diretora do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT (PALMAS); A Sr^a Jacira Monteiro de Assis Bulhões, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, neste ato representando o Ministério Público Federal (PALMAS); o Sr. Silas da Silva Moraes, Coordenador Executivo do GTME-Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (PALMAS); a Sr^a Silvia Amajunepá, Presidente da Associação Otoparé da Barra do Bugres (PALMAS); o Sr. Paulo Henrique do Rikbaktsa (PALMAS).

Registramos a honrosa presença das seguintes pessoas que, gentilmente, compareceram a esta Audiência Pública e as Etnias: Umutima, Rikbaktsa e Bakairi; Sr^a Janilce Maldonado, Gestora do Programa Ações Afirmativas do INCRA, neste ato, representando o Superintendente do INCRA, Sr. Leonel Wolphate; Sr^a Eloísa Afonso Ariano, Professora de Antropologia da UFMT; Sr. Antônio João de Jesus, Técnico do Museu Rondon da UFMT; Sr^a Artema Lima, Professora da Equipe da Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação; Sr^a Francisca Navatino Pareci, Professora da Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação; Sr^a Ana Paula de Oliveira Lopes, Professora de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso; Sr^a Sueli Tomasi, Professora da Equipe de Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado da Educação; Sr^a Terezinha Mendonça, Líder da Equipe da Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação; Sr^a Maria Regina Rodrigues, Coordenadora do CIMI-Conselho Indigenista Missionário; Sr. Felício Fritsch, membro do CIMI; Sr^a Maristela Souza Torres, membro da Coordenação do CIMI; Sr. Mário Bordigon, membro do CIMI; Sr^a Maria das Graças Oliveira Figueiredo, Coordenadora Pedagógica da Escola de Saúde Pública; Sr. Isanoel Sodré, Indigenista da FUNAI; Sr. Vítor Peruare, Jornalista Indígena; Sr. Aristóteles Maniumytsa, Rikbaktsa; Sr. Vanderlei Kezo Rikbaktsa; Sr. Lucindo Cabral da Silva, Chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá; Sr. José Maurício da Silva, Chefe da Casa de Saúde do Índio de Cuiabá; Sr. Paulo Félix, representando o Sr. Sérgio Henrique, Coordenador Regional da FUNASA; Sr^a Joana Darc Kaxinawa, Assessora Parlamentar do gabinete da Vereadora Enelinda Scalla; Sr^a Ediane Guimarães, representando o Departamento de Serviço Social da UFMT; Sr. Sebastião Toledo, Diretor da Empresa Águas Claras - Eco Turismo em Cuiabá; Sr^a Solange Alves, membro do Grupo de Trabalho Amazônico; Sr. Edson Bosco de Almeida, Técnico em Diversidades Ambientais; Sr. Fernando Souza Neto, representando a Irmã Ada Gambarotto, da Pastoral da Criança em Terra Indígena; Sr^a Anair Fátima da Silva, Vice-Presidente da Comissão Pastoral da Terra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Gostaríamos de dizer que no final desta Audiência Pública teremos uma apresentação de dança indígena. Esperamos que todos estejam até o final para que possam presenciar.

Convidamos a querida Vereadora Enelinda Scalla para fazer parte da Mesa, também (PALMAS).

O motivo desta Audiência Pública é para se discutir a questão dos direitos indígenas, e ver se nós, a cada ano que passa, podemos nos aprofundar no tema para, quem sabe, resgatarmos parte da dívida que temos com esses povos que há quinhentos e três anos vem sendo - de uma forma ou de outra - prejudicados, desde o processo de colonização deste País.

Portanto, eu creio que é obrigação nossa, de brancos e índios, discutirmos cada vez mais esse tema, e aprofundar no debate para que possamos exigir que os direitos sejam garantidos.

Nós sabemos das dificuldades com que vêm atravessando os povos indígenas deste País.

Nos últimos anos houve alguns avanços, mas, de qualquer maneira, toda a política indígena está fragmentada. Acontece de forma muito fragmentada. Nós temos que fazer com que essas políticas, a política indígena, possam ser uma só e que o objetivo principal dela seja o de dar garantia aos direitos indígenas, principalmente, na questão da educação e da saúde indígena. E, mais do que prioridade, a questão da demarcação das áreas indígenas. Não só a demarcação, mas a garantia de que as áreas demarcadas possam, de fato, estar sob o domínio dos povos indígenas.

Nós vamos abrir para o debate. Caso haja interesse de alguém da platéia em interpelar um participante da Mesa ou fazer algum pronunciamento, nós iremos conceder a palavra, e no final das falas serão abertas as inscrições para que cada um possa se manifestar, questionar.

Nós queremos pedir que todos, tanto os debatedores da Mesa como os da platéia, obedeam ao tempo, porque senão, será uma Audiência demasiadamente longa.

Nós gostaríamos de, no final da Audiência, fechar uma proposta, porque há muitas audiências que encerram sem o fechamento de uma proposta, ou, pelo menos, encaminhar propostas.

Nós queremos, no encerramento, fechar uma proposta para que possamos encaminhar as questões levantadas aqui.

Nós optamos conceder a cada palestrante o prazo de dez minutos, mas não seremos extremamente rígidos em não conceder, nem um minuto a mais. Entretanto, se os oradores obedecerem ao tempo, será bom para que a platéia possa participar mais do debate. Nós observamos que, muitas vezes, a Mesa toma todo o tempo da Audiência, sobrando pouco tempo para o debate. Se os debatedores não conseguirem completar suas falas dentro do tempo, poderão se inscrever ou, então, poderão completá-las nas respostas (PAUSA).

A Mesa concorda com o tempo de dez minutos.

Concedo a palavra, a Sr^a Maria Clara Vieira Weiss, Diretora do Instituto de Saúde Coletiva da UFMT, por dez minutos.

A SR^a MARIA CLARA VIEIRA WEISS -Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer e parabenizar os organizadores desse encontro. Eu acho que é um momento relevante de se discutir e de se fazer uma releitura sobre a questão dos povos indígenas no contexto do Governo Federal, do Governo Estadual.

Eu vou procurar seguir os dez minutos e me colocar à disposição dos senhores para os questionamentos.

Vou pedir licença para ler um texto que foi elaborado pensando em se colocar a questão dos distritos sanitários especiais indígenas, a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

“Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs - foram idealizados como modelo de atenção à saúde indígena, no contexto da Reforma Sanitária e das Políticas Indigenistas, na década de 90. Este modelo foi recomendado nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena, realizadas nos anos de 1987, 1993 e 2000. As estratégias para sua implantação e implementação foram recomendadas também, nas conferências nacionais de saúde realizadas desde 1986”.

As conferências nacionais de saúde são realizadas de quatro em quatro anos.

“A reforma sanitária preconizava a saúde como direito de todos e dever do Estado, sendo instituída na Constituição Brasileira de 1988, através do Sistema Único de Saúde – o SUS. A implementação do SUS tem por implicação mudanças estruturais nas instituições de saúde e por princípios: a universalidade, a descentralização, a integralidade, a equidade e o controle social.

Com a finalidade de atender os princípios do SUS e viabilizar as mudanças necessárias no processo de trabalho do modelo clínico para o sanitário, foram concebidos os distritos sanitários. Teoricamente como um modelo de atenção à saúde da população brasileira, dotados das dimensões ideológicas, políticas e técnicas necessárias e fundamentais, num quadro desfavorável de correlações de forças diante do modelo econômico neoliberal vigente no Brasil.

Na gestão do Ministro da Saúde José Serra, os investimentos nos distritos sanitários, enquanto modelo, foram substituídos pela estratégia do Programa de Saúde da Família – PSFs.

Os DSEIs foram recomendados a fim de garantir o acesso dos povos indígenas aos direitos à saúde, atendendo aos princípios fundamentais do SUS como: a integralidade através dos três níveis de atenção à saúde e da equidade, respeitando as diferenças culturais. No campo indigenista, visava o texto constitucional de 1988, com o fim da tutela dos povos indígenas pela FUNAI e o direito desses povos, a sua autonomia e autodeterminação. Este modelo permaneceu até os dias de hoje, com experiências de articulação com os PSF e dos municípios em alguns DSEIs.

Apesar das discussões metodológicas para a implantação dos DSEIs terem sido iniciadas em 1992, somente em 1998 foram implantados, de fato, como um sub-sistema do SUS. Nessas discussões atuaram fortemente a resistência da FUNAI à perda da gestão Saúde Indígena e as indefinições da FUNASA em assumir a mesma. E, por outro lado, as reivindicações dos povos indígenas e seus aliados na defesa de seus direitos.

Em Mato Grosso esse processo foi marcado pela criação do Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena-NISI, em 1992, na FUNASA e constituído por representantes da FUNAI, CIMI, UFMT. E, da Comissão Especial Permanente de Saúde Indígena-CEPSI, com representantes de instituições e conselhos distritais, em 1998, como assessora na representação do usuário indígena, através do CIMI, no Conselho Estadual de Saúde da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Mato Grosso.

A CEPSI foi criada com a finalidade de apoiar a implementação dos DSEIs no Estado, esvaziando-se diante da hegemonia da FUNASA na gestão à saúde indígena. Sem financiamento para suas reuniões, vem funcionando através de Grupos de Trabalho sobre questões relacionadas ao controle social e a integralidade do modelo de atenção à saúde indígena.

Em Mato Grosso foram criados 04 DSEIs:

O DSEI Cuiabá que atende as etnias – Enawené-Nawê, Mynky e Irantxe (através da OPAN)

As etnias: Pareci, Nambikwara, Umutina, Bororo, Bakairi, e Terena, através da Trópicos até 2002. E, atualmente, vem-se manifestando o interesse de associações indígenas no seu gerenciamento.

O DSEI Xavante – Que vem atendendo a etnia Xavante, através da SDC.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

O DSEI Colíder – Que atende as etnias: Kayapó, Kayabí, Munduruku e Apiaká , através da Associação Indígena Ipren-Ré dos Kayapós com apoio da FUNASA em algumas delas.

DSEI Xingu – Que atende as etnias do Parque Indígena do Xingu, através da UNICESP (antiga Escola Paulista de Medicina).

Na divisa do Estado de Mato Grosso com os Estados de Goiás e Rondônia foram criados outros dois Distritos Sanitários Especiais Indígenas. O DSEI/Araguaia na fronteira entre Goiás e Mato Grosso atende Tapirapé e Karajá, e o DSEI/Vilhena na fronteira de Rondônia com Mato Grosso que atende Rikbaktsa, Cinta Larga, Arara, Kayabi, Apiaká, Zoró e Munduruku.

No Brasil foram criados, no todo, trinta e quatro Distritos Sanitários Especiais Indígenas.

O DSEI é uma unidade organizacional da FUNASA, tendo uma base territorial e populacional sob responsabilidade de executar um conjunto de ações necessárias à atenção básica, com uma rede de serviços articulada a um sistema de referência e contra-referência do SUS. É composto por uma equipe mínima necessária para executar suas ações e o controle social exercido por intermédio dos Conselhos Locais e Distrital de Saúde.

A implantação dos DSEIs em todo Brasil se deu de forma abrupta, através do repasse de recursos e gerenciamento das ONGs indigenistas ou não, como as ambientalistas e missionários. Em outros casos, por associações indígenas ou pelos municípios. No Estado de Mato Grosso esse processo não considerou os avanços e articulações político-institucionais desencadeados desde 1992 e importantes na intersectorialidade das ações de saúde e a implementação deste modelo de atenção.

Historicamente, as ONGs caracterizaram-se como entidades criadas para a defesa dos direitos humanos e apoio à organização das reivindicações de determinados grupos sociais, perante os deveres do Estado.

No Governo Fernando Henrique, num contexto político neoliberal, foram reduzidas significativamente as atribuições institucionais através das privatizações, da extinção dos órgãos públicos, da redução do quadro de pessoal por falta de abertura de concursos públicos e pelo emperramento burocrático na viabilização das ações. Em vários setores as ONGs passaram a ser executoras de ações, antes de obrigações das instituições governamentais, como no caso da saúde indígena.

Numa análise dessa experiência na saúde indígena nos últimos anos, as ONG's em sua maioria tiveram dificuldades na operacionalização da atenção à saúde. As que mantiveram uma prática do indigenismo, enquanto estratégia de ação local, assim como os municípios que tem por base um governo popular ou maior comprometimento com os interesses sociais parece terem sido mais bem sucedidos.

Os recursos humanos para o funcionamento dos DSEI's foram remanejados dos próprios setores extintos da FUNASA, do setor de saúde da FUNAI e da contratação de pessoal pelas ONG's. Este último caracterizado por alta rotatividade do quadro de pessoal, o que dificulta o diálogo intercultural com as sociedades indígenas.

Na atual estrutura da FUNASA, as atividades de saúde indígena são desenvolvidas nos setores de planejamento, epidemiologia, de engenharia em saúde pública e de comunicação gerando capacitação de recursos humanos, sistema de informações em saúde, obras de saneamento básico e divulgação. As demais ações da atenção básica e de atendimento são de responsabilidade dos DSEI's.

Outras instâncias do controle social da atenção à saúde indígena são a Comissão Interinstitucional de Saúde Indígena (CISI), ligada ao Conselho Nacional de Saúde. E, conforme recomendação da 10ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1996, nos municípios e Estados

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

que tiverem territórios indígenas em sua área de abrangência, os conselhos de saúde deverão ter representação dos povos indígenas como usuários do SUS.

Embora legitimada, a representação indígena nos conselhos municipais e estaduais parece não estar ocorrendo de fato. Não propiciando o fluxo de reivindicações para melhoria do acesso e atendimento às necessidades dos povos indígenas nos Estados”.

Agora, vou fazer uma breve conclusão.

Apesar dos esforços e avanços técnicos para viabilização deste modelo e algumas mudanças pontuais nos indicadores de saúde, ainda encontramos sérias dificuldades na implementação das ações básicas, no acesso aos serviços de saúde, na adequação do atendimento às diferenças culturais, na participação indígena nas decisões, no gerenciamento dos recursos e na falta do comprometimento das políticas estaduais e municipais de saúde com a atenção aos povos indígenas, para a viabilização dos princípios da universalidade e da equidade do SUS.

Ainda é necessário o investimento na capacitação técnica e um avanço político na organização dos DSEIs, a fim de garantir a melhoria na qualidade dos serviços e o controle social na implementação das políticas e programas de saúde para os povos indígenas, assim como na sua avaliação.

Devemos reconhecer que os métodos e as técnicas científicas desenvolvidas pelos profissionais de saúde são elaborados para as sociedades modernas e a aplicação deles às sociedades indígenas necessitam, freqüentemente, de uma adequação prática que pode ser facilitada por conhecimentos antropológicos e pela participação da comunidade na sua escolha.

Não devemos perder as perspectivas das discussões atuais sobre as políticas indigenistas, no contexto das políticas públicas, partindo da idéia de que “as sociedades indígenas podem garantir sua especificidade e autonomia perante o mundo dos brancos, como também, supõem certos padrões ético-morais sobre os modos como o mundo dos brancos se posicionará em relação à vida desses grupos diferenciados”.

Segundo Souza Lima & Barroso-Hoffmann (2002) esta idéia levanta entre outras questões “de quais valores serão acionados, que os tipos de alianças esses valores embasarão e com que setores, sob que formatos jurídicos e a partir de que grau de flexibilização por parte do Estado brasileiro em face da ordem econômica globalizada essas alianças serão mais viáveis”.

Essas perspectivas e as possibilidades de avanços na autogestão da saúde indígena deverão ser consideradas nos conselhos e nas conferencias de saúde a serem realizadas no âmbito local, estadual e nacional. A fim de que os DSEIs, enquanto modelo de atenção á saúde indígena, seja redefinido como um aliado na luta pela melhoria da qualidade de vida e garantia dos direitos dos povos indígenas.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Gostaríamos de agradecer também, a presença da Sr^a Vanildes Ferreira dos Santos, representando o Deputado Federal, Carlos Abicalil; Sr^a Luzia de Lourdes Severo Lins, Coordenadora do Projeto Intercâmbio Cultural Aldeia/Cidade, representando o Secretário Municipal de Educação, Sr. Carlos Maldonado; Sr. Alvino de Oliveira Filho, Técnico da FEMA; Sr^a Elizabeth Madureira, Membro da Academia Mato-grossense de Letras; Sr. Aloir Pacini, Supervisor do Museu Rondon - UFMT; Sr. Antônio Carlos, Técnico da FUNAI de Juína; Sr. Sebastião Martins, Técnico da FUNAI de Cuiabá; Sr^a Wanda Fortunato, Assessora Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação.

Concedemos a palavra a Sr^a Maria Cecília Filipini, Assessora Jurídica do CIMI, Conselho Indiginista Missionário.

A SR^a MARIA CECÍLIA FILIPINI – Bom-dia a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de participar, e quero parabenizar o Deputado Ságua pelo apoio a este evento, às instituições que organizaram, aos índios que estão aqui presentes e que são o motivo deste evento.

Para falar dos direitos indígenas é importante lembrar que apesar deles serem os verdadeiros, ou eram os verdadeiros, donos desta terra, na verdade, nunca se levaram muito em conta os direitos dessas populações. O Antropólogo Sr. Antônio Carlos Lima, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, chegou a dizer, certa vez, que Lei mandando prender, mandando libertar, mandando matar, mandando salvar índio, sempre existiu. Agora, efetivamente, uma Lei que de fato garantisse essa proteção, não. Tanto que, o primeiro direito que cada pessoa tem é o direito à vida e isso nunca foi respeitado. Tanto é que, de cinco ou sete milhões que existiam, chegaram a ficar reduzidos a pouco mais de cento e oitenta mil pessoas. Hoje eles são mais de setecentos mil, mas, porque se reproduziram. Mas, eles foram sendo mortos e as suas terras foram sendo retiradas.

A Constituição de 1891 chegou a mencionar as populações indígenas, chegou a discutir os direitos indígenas, mas quando da elaboração das leis, os índios não foram sequer citados.

A partir de 1937 é que os índios foram citados, aparecendo na Constituição Brasileira. Os direitos eram muito restritos. Garantia-se o direito restrito a terra. Mas, até a Constituição de 1988 era prevista a incorporação dos índios na sociedade. Então, o que se previa era que eles deveriam aos poucos ser incorporados, desaparecendo da sociedade, tanto que, no Governo Militar, o Ministro Rangel Reis, chegou a fazer uma estimativa. Ele chegou a prever que no ano de 1980 os índios estariam reduzidos a vinte mil, e que no ano 2000 teriam zerado. Não haveria mais índios no Brasil. Não se falava mais em indígenas no Brasil.

Somente a partir da Constituição de 1988 é que se foi um pouco além. Colocou-se um pouco daquilo. Não tudo. Mas, pelo menos um pouco daquilo que, de fato, representa o direito dessas populações.

Voltando um pouquinho, porque é comum dizerem que os índios não têm leis. Diziam que eram povos sem rei e sem leis, porque não tinham um rei. Tinham e têm até hoje os caciques que não mandam, eles coordenam as aldeias. E diziam que eles não tinham leis, mas nós conversamos - e eles estão aqui para não me deixar mentir -, e sempre que eu faço um trabalho com essas populações, eu procuro perguntar a eles: – Como é que funcionava? os senhores tinham ou não tinham leis? Quando alguém matava alguém, quando alguém feria o direito do outro, como é que funcionava?

Todos eles contam como é que eles faziam para punir o infrator, para punir aquele que transgredia, cada um da sua maneira. Alguns eram degredos, isto é, tinham que deixar o povo e ficar bem longe. Outros tinham até mesmo pena de morte. Alguns tinham que tomar chicha com pimenta a noite inteira e não podiam dormir. Todos tinham uma forma de aplicar as suas leis e têm regras até hoje, tanto que funcionam. É muito raro ouvirmos dizer que dentro da população indígena um matou o outro, ou mesmo que um povo matou o outro povo. Havia guerras antigamente? Havia. Mas, com certeza, havia menos mortes do que as que ocorrem, hoje, na nossa sociedade entre os não índios.

Tanto havia direitos que, se nós formos ver, esses povos repartiam entre si, tudo era coletivo. Então, havia ou não havia o direito ali entre eles? O que não existe na nossa. Alguns têm demais; alguns morrem de fome e outros morrem, porque consomem além do necessário e aí tem enfarte, uma série de doenças. Começa-se por aí. Havia igualdade entre eles. Havia regras que garantiam essa igualdade.

Voltando à Constituição de 1988, eu quero dizer que não foi dado de graça o que nela está escrito. Ela aconteceu graças à mobilização das populações indígenas, com apoio de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

instituições simpáticas à causa indígena e, porque não dizer, de Parlamentares sensíveis a essas questões. Que conseguiram escrever algo que deu uma certa proteção à terra. Que ampara os direitos culturais, o direito à diferença. Só a partir da Constituição de 1988 que se deixou de falar em incorporação dessas populações à sociedade não índia. Então, reconhece-se o Brasil como um País pluri étnico. Reconhece-se que há essas populações com diferenças entre si e que se garante, o que é mais importante, o direito de se preservar essas diferenças.

O direito à terra é imprescritível, é inalienável, quer dizer, apesar das terras indígenas aparecerem na Constituição... Quando vemos o art. 20 da Constituição que diz: “Inclui-se entre os bens da União...” e entre esses bens estão as terras indígenas. A terra indígena é um patrimônio público, mas a posse é dos indígenas. Uma posse que é inalienável. Um direito que é imprescritível. Havendo o direito originário, que é um direito que antecede até mesmo a existência de um País politicamente organizado chamado “Brasil”. Antes de existir esse País já existia essas populações, por isso é direito originário. É o direito à posse e às riquezas existentes nessas terras.

É comum dizerem que eles têm direito demais. Que é muita terra para pouco índio. Na verdade, grande parte dessas populações perdeu suas terras. Em Rondônia, por exemplo, nós temos casos de terras indígenas que têm dez povos diferentes dentro da mesma terra. Povos que foram sendo levados de outros extremos e jogados lá dentro, porque eles não podiam voltar. Quando eles tentavam fugir, eles eram pegos e levados de volta, convivendo, às vezes, com povos aos quais eles tinham conflitos. Muitos perderam as suas terras, outros tiveram as suas terras reduzidas em até sessenta por cento. Não existe essa história de muita terra para pouco índio. Nós não ouvimos isso em relação aos latifundiários, é sempre em relação aos índios.

Uma outra questão importante é que quando se demarca uma terra indígena, leva-se em conta a tradição. A Terra não é demarcada aleatoriamente como ouvimos, às vezes, pessoas falarem: “Não, porque tem essas instituições aí, comprometidas com interesses internacionais. Eles ficam de olho e onde vêem que tem minério e muita madeira é lá que eles apontam para a FUNAI e a FUNAI, nesse sentido, é uma aliada deles que vai lá e demarca essas terras que tem riquezas, só para preservar riquezas para os estrangeiros”. E não é verdade. A hora de demarcar uma terra - está aqui a nossa companheira Jacira Monteiro de Assis Bulhões, que é Antropóloga, sabe como funciona isso -, tem todo um estudo. Não é vai lá, aponta, e sai demarcando. Tem que provar que a terra é indígena.

Uma outra coisa importante, uma terra indígena não é só para os que estão vivendo agora, ela aponta para o futuro. As riquezas que existem nessa terra não são para essa geração apenas, mas são para essa, para as presentes e as futuras gerações. É com essa terra que eles têm hoje, é com esses recursos naturais que existem, que os que estão vivendo, hoje, e os futuros terão que sobreviver também.

Ainda falando na questão da terra, previu-se, em 1973, a demarcação de todas as terras indígenas em cinco anos. O prazo venceu. A Constituição de 1988 estabeleceu mais cinco anos. O prazo venceu e, até hoje, grande parte dessas terras não estão homologadas. Por exemplo, aqui em Mato Grosso seis terras estão homologadas. Para identificar ainda existem treze terras, sem qualquer providência, treze terras. Existem duas que estão apenas declaradas e delimitadas. Existem quarenta e três terras registradas. Reservadas e domaniais, uma. Domaniais, uma terra, que é aquela das concessões.

Resumindo - porque eu sei que muitos dos que aqui estão sabem como funciona o processo de demarcação -, no processo de demarcação, primeiro há um trabalho de identificar e depois demarcar. Depois de demarcado, com relatório e tal, vem a homologação. Depois de homologado se faz o registro em Cartório e após o registro em Cartório e no Serviço de Patrimônio da União é que dizemos que a terra está totalmente regularizada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Além disso, temos uma outra situação - concluindo, porque eu acho que o meu tempo está acabando -, que são as invasões.

A Constituição Federal garante aos índios o direito à terra, e o direito de ter essa terra protegida. Compete à União proteger essa terra, porém, na verdade, essas terras não estão protegidas. Em algumas regiões, como em Rondônia e Mato Grosso, 80% dessas terras têm algum tipo de invasão. Algumas invasões permanentes, que são aquelas que pequenos produtores e latifundiários ocupam. Invasões por madeireiros, invasões por garimpeiros, e invasões por pescadores e coletores. Há todos esses tipos de invasões. Além dessas terras não estarem regularizadas, as que estão ainda enfrentam esse problema das invasões.

Há, também, o problema de arrendamento para plantação de soja dentro de terras indígenas, ou, quando não estão dentro, estão no entorno e afetam as terras indígenas. Numa grande plantação de soja se passa veneno com avião, esse veneno se espalha atingindo as regiões vizinhas e a água contaminada com agrotóxico será levada para os rios onde peixes e pássaros acabam desaparecendo. Grande parte da biodiversidade existente nas terras indígenas, nas reservas biológicas e ambientais, também, acaba desaparecendo. E temos também as plantações da cana no entorno de terras indígenas.

Além das invasões, temos grandes projetos que acabam afetando as terras das populações indígenas e a sobrevivência dessas populações. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Agradecemos a Sr^a Maria Cecília Filipini. Eu tinha falado Lúcia.

Concedo a palavra a ilustríssima palestrante, que disporá de dez minutos, Sr^a Maria de Fátima Roberto Machado, doutora em Antropologia da UFMT.

A SR^a MARIA DE FÁTIMA ROBERTO MACHADO – Bom-dia a todos.

Quero agradecer imensamente o convite feito pelos organizadores deste importantíssimo evento, a Assembléia Legislativa, ao Deputado Ságuas, que nos recebe aqui hoje. Quero dizer do meu contentamento pela Assembléia Legislativa estar abrindo este espaço, que é momento muito raro. Eu estou há vinte anos em Mato Grosso e é a segunda vez que eu fui convidada a participar de um evento aqui, na Assembléia Legislativa.

Penso que este momento é fundamental, que tenhamos mais diálogo, que consigamos dialogar mais para que consigamos resolver problemas bem concretos, bem objetivos que estão, hoje, afetando os povos indígenas de Mato Grosso. Porque muitas vezes nós não temos espaço para colocar, minimamente, as informações que são fundamentais para que todos façam a sua reflexão e possam, então, tomar decisões de uma maneira responsável, equilibrada. E que tenham como interesse e preocupação maior, a melhoria das condições de vida de todos nós, inclusive, dos povos indígenas.

Eu vou começar contando um caso pitoresco que eu acho, pelo menos, que de alguma forma diz muita coisa sobre as nossas relações contemporâneas em Mato Grosso.

Nós recebemos, no final de março, uma comitiva muito grande e importante do Governo canadense.

Dentre as pessoas, estava o Vice Ministro de Assuntos Indígenas do Canadá - porque o Canadá tem um Ministério só para os povos indígenas -, e tivemos uma audiência com o representante do Governador, no Palácio. Foi uma audiência muito boa. A Comitiva saiu positivamente impressionada com a preocupação do Governo atual em relação aos povos indígenas. Houve uma exposição sobre a questão da educação. Então, saíamos já do Palácio e uma moça da Assessoria de Comunicação do Governador, ao se despedir - muito educada, uma moça muito bonita, muito eficiente na sua tarefa de assessorar o Governo do Estado em termos de comunicação -, pediu à representante da Comissão Internacional para Estudos e Questões de Gênero do Ministério

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

uma informação. Ela tinha uma curiosidade e para que a sua curiosidade fosse sanada, perguntou a essa pessoa que ela tinha curiosidade de saber se os índios do Canadá também eram assim como os índios do Brasil, moreninhos. Ela tinha essa curiosidade de saber se os índios canadenses, também, eram assim tinham a pele moreninha. Ela era uma moça loira, de olhos azuis, muito bonita, e perguntou à representante da Comissão Internacional para Assuntos de Gênero do Ministério se os índios do Canadá também eram moreninhos como os índios do Brasil.

Eu fiquei, para falar a verdade, morrendo de vergonha. Fiquei olhando aquela moça tão eficiente na sua profissão e me perguntando se ela, por acaso, já tinha ouvido falar no Estreito de Bhering. Nessas coisas que aprendemos, eu suponho, ainda no colégio. Ela passou por um curso de comunicação e ninguém tinha explicado a ela questões que são fundamentais em relação aos povos indígenas do Brasil e das Américas.

Eu começo dizendo isso, que eu achei muito engraçado e ao mesmo tempo um pouco trágico, porque tive a preocupação de depois conversar com a representante, enfim, tentar resolver um pouco esse problema. E, me sinto, hoje, na obrigação aqui... Eu pensei, cada vez que for falar ou então, agora, daqui para frente, vou começar falando algumas coisas que eu acho que são fundamentais.

Os povos indígenas das Américas estão nas Américas há, pelo menos, doze mil anos e uma das teorias que são mais consolidadas entre os pesquisadores é que eles vieram da Ásia. Fizeram movimento migratório. Vieram da Ásia há, pelos menos, doze mil anos. Alguns pesquisadores de projeção internacional têm questionado essa data dizendo que a presença dos índios nas Américas é muito mais antiga. Há uma Comissão de Pesquisadores Franceses, não são quaisquer pesquisadores, são representantes do Museu do Homem, de Paris, da Universidade de São Paulo, que estão chegando à conclusão que a presença dos índios nas Américas é muito mais antiga, especialmente, em Mato Grosso. Eles estão descobrindo vestígios, da presença de vinte e cinco mil anos, ou vinte e sete mil anos, de presença indígena em Mato Grosso.

Há, inclusive, uma nova teoria que pode revolucionar as teorias que existem até hoje, no sentido de comprovar que existe uma falha geológica no divisor das águas do Amazônia e do Paraguai, exatamente, onde nós estamos. E que aí, teria sido um corredor de migração muito importante por onde os índios teriam imigrado. Não teriam, como se pensou até hoje, passado pelos Andes e descido em direção a Patagônia. Que eles teriam feito um movimento migratório na direção do centro do Brasil, a partir desse caminho que se fez geologicamente no divisor das águas - como nós conhecemos hoje-, no divisor das águas do Amazônia e do Paraguai.

Eu acho que esses dados, esse caso pitoresco pode mostrar para nós o que muitas vezes é a raiz dos problemas, a raiz dos conflitos. Porque as pessoas, muitas vezes, vêm para Mato Grosso para ficarem ricas, para crescerem, para criarem seus filhos, para construírem suas empresas, plantarem soja, algodão, atingirem o mercado internacional e, muitas vezes vêm sem o conhecimento mínimo acerca da população que já existe na região antes do movimento migratório.

Eu acho que isso é um problema muito sério que precisaria de uma política pública, uma política governamental, que informasse as pessoas, urgentemente, acerca do que existe em termos de história regional. Para que essas pessoas conheçam e ao conhecer, tenham a capacidade de respeitar mais. O respeito é um resultado, geralmente, de uma convivência muito mais harmoniosa. Quando eu não conheço o outro, eu não respeito o outro. Essa é uma regra sociológica básica e fundamental.

A partir do momento que eu conheço o outro, eu passo a enxergar também as coisas por um outro prisma. Abro a minha mente e consigo compreender as suas razões e consigo avaliar as minhas razões comparando com as razões desse outro. Essa é uma lição básica da antropologia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Eu não me alongarei muito. Só vou fazer algumas referências a essa questão da terra e dos recursos naturais em Mato Grosso. É uma coisa que tem me preocupado muito, ultimamente. Eu espero poder escrever alguma coisa sobre isso, porque eu acho que isso é muito urgente. Eu tenho confirmado a possibilidade, daqui para frente, de um acirramento no conflito de interesses em relação aos povos indígenas. Nós temos visto cotidianamente, políticos que ganham ou que perdem eleições se posicionarem, ultimamente, contra os interesses indígenas. Políticos interessados em encaminhar, em enfraquecer instituições de defesa da causa indígena. Encaminhar todas as decisões para o Congresso Nacional.

Eu penso que nós temos que ser também mais eficientes no diálogo, como eu disse, para que nós possamos não substituir os índios, e essa é uma outra questão importante, mas que nós possamos dialogar entre nós. Porque os índios não são o problema, o problema somos nós. Nós é que somos o problema. Nós temos que encarar a realidade e criar canais de participação de lideranças indígenas, de renovação de lideranças indígenas, para que eles possam ter espaço de respeito político para negociar as suas reivindicações e serem ouvidos sob novas bases. Não essa base que está aí, que é uma base preconceituosa, ignorante. Nós temos a obrigação de abrir esse espaço novo, uma realidade nova, uma perspectiva nova.

Temos, hoje, um governo novo que está alimentando a esperança da população de Mato Grosso, que eu acho uma coisa muito importante pois, as pessoas estão muito esperançosas. Mas, que, por outro lado, coloca na Coordenadoria de Assuntos Indígenas uma pessoa que não é exatamente alguém que está afinado com as questões relacionadas aos povos indígenas. Pode haver muita crítica, ONGs, antropólogos... Os antropólogos são sempre muito mal vistos por quem tem o poder. Pode haver muita crítica. Eu acho que crítica faz parte do debate político, mas, é preciso ouvir, ouvir quem sabe, quem tem o que dizer e ouvir os índios. Os índios, evidentemente, não têm um discurso pronto. As lideranças indígenas têm que encontrar espaço para crescer. Nós temos que abrir espaço e não ficar falando em nome deles. Nós temos que resolver os nossos problemas. Nós criamos problemas para os índios e nós temos que saber respeitá-los.

Eu tive uma experiência interessante no Canadá. Fui ao Canadá agora, no final de março, juntamente com esta Comitiva, justamente, porque nós temos essa preocupação de olhar para outras realidades, para ver o que os outros Países estão fazendo. Aproveitar as coisas boas. Descartar as coisas ruins e aprender com eles para que possamos, de alguma forma, instrumentalizar melhor os índios. Essa é a grande questão do momento. Que os índios se sintam mais fortes, mais confiantes. Que suas lideranças sejam mais representativas, para que quando se sentarem a mesa de diálogo, realmente, consigam encaminhar as questões que são pertinentes aos seus direitos.

Como eu disse, o Canadá tem um Ministério só para os povos indígenas e ele tem um orçamento que é de morrer de inveja. Eu vou falar rapidamente, só para nós ficarmos morrendo de inveja. O Canadá tem um orçamento impressionante para os próximos cinco anos - um bilhão e quinhentos milhões de dólares, canadenses, é verdade, mas são dólares -, para programas de saúde. Seiscentos milhões para atualizar, monitorar e manter o sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto nas áreas indígenas; setenta e dois milhões de dólares para a educação; e vinte milhões de dólares para projetos para gerar e melhorar oportunidades econômicas para os índios.

É uma experiência que nós merecemos olhar, compreender, e ver que, em muitos momentos, respeitar os índios pode trazer benefícios a democracia. Porque ninguém pode acusar que o Canadá não seja, exatamente, um País democrático, embora, às vezes, nós tenhamos alguns conflitos comerciais com os canadenses. Mas é o País que tem o melhor índice de desenvolvimento humano no mundo, então, esses dados não de dizer alguma coisa para nós, embora, eles tenham historicamente uma postura de extermínio dos povos indígenas. Também é preciso dizer isso. Eles

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

têm, hoje, meia culpa, muito semelhante à meia culpa da Igreja Católica que reconhece, enfim, que no passado não teve um comportamento esperado em relação aos povos indígenas.

O Canadá tem uma população de quase um milhão de índios dentro de uma população de trinta e um milhões de habitantes. A população do Canadá é menor que a nossa. Eles chamam os índios de *first nations*, que é uma postura mais democrática do que a nossa. Reconhece que eles foram, no passado, as primeiras nações indígenas. São perto de seiscentas *first nations*. E eles têm uma província que é administrada pelos índios. É como se houvesse um Estado no Brasil só de índios, que são os *Inuit*, os antigos esquimós. Nós conhecíamos como esquimós, mas, eles não querem que os chamemos de esquimós, porque eles são os *Inuit*. Há, então, a administração do território de *Nonavut*, que é no norte, que tem petróleo e uma opção de riquezas dentro.

Quanto ao Brasil, não sabemos quantos índios, exatamente, há no Brasil. Eu acho que esse dado, também, é bastante sintomático. Vai de trezentos e cinqüenta mil a setecentos mil índios. O que sabemos é que essa população fica em torno de 0,2%, 0,3% da população nacional.

Em Mato Grosso, as estimativas contam de vinte e oito mil a quarenta mil índios, que ocupam perto de 11% do território mato-grossense.

Para terminar, eu quero dizer que li no jornal “Folha de São Paulo” uma manifestação do Marcos Terena, para comparar um pouco com esses dados que eu acabei de dar. Eu não sei muito bem como ele fez esse cálculo, mas, ele chegou à conclusão que... Ele pergunta quanto custa ao Estado a assistência aos índios do Brasil, atualmente. Ele fez as contas e chegou à conclusão de que custa a bagatela de R\$22,00 reais, cada índio, por ano. Bem, eu deixo esses dados para reflexão.

Para finalizar, eu quero, novamente, parabenizar o Deputado Ságua, os organizadores do evento. Eu quero apelar para que o PT tenha uma postura muito atenta à questão indígena, quando se trata dos interesses indígenas, no Governo do Estado. Nós não temos canais de participação. Eu penso que o Governador deveria ouvir as pessoas que têm o que dizer e apelo ao PT que faça essa interlocução e que convença o Governador de que nós não somos lunáticos, que nós temos o que dizer. Nós podemos ter posturas responsáveis e que estamos, basicamente, preocupados com o futuro dos índios de Mato Grosso.

Era basicamente isso que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Agradecendo a Dr^a Maria de Fátima Roberto Machado, gostaríamos de justificar a ausência da Deputada Verinha Araújo, que está no interior do Estado e não pode estar presente aqui.

Gostaria de agradecer aos funcionários, porque o dia de Sessão é de terça-feira a quinta-feira e eles estão, hoje, aqui, dando esse apoio para que essa Audiência pudesse acontecer.

Chegou aqui um convite: “Convidar o seletor auditório para visitar a exposição temática *Memória Indígena na Capital Mato-grossense*, uma realização Instituto Memória e FUNAI e evidência acervo documental e artesanal.

Entidades participantes – Cederam amostra de seus Acervos para a exposição:

Arquivo da Missão de Diamantino;

Conselho Indigenista Missionário;

Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso;

Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional;

Operação Amazônia Nativa;

Instituto Memória do Poder Legislativo”.

Essa exposição está acontecendo, aqui, no saguão da Assembléia Legislativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

A Sr^a Isis Catarina Siqueira Brandão, Coordenadora do Instituto Memória do Poder Legislativo, convida a todos para que, ao final desta Audiência Pública, visitem essa amostra que está acontecendo aqui.

Concedo a palavra à ilustre palestrante, Sr^a Jacira de Monteiro de Assis Bulhões, Procuradora Regional do Direito do Cidadão; que disporá de dez minutos.

A SR^A JACIRA MONTEIRO DE ASSIS BULHÕES – Bom-dia a todos!

Eu quero agradecer à Casa por nos receber; agradecer aos organizadores do evento a oportunidade de estar com tantas representações indígenas e poder falar um pouco sobre o Ministério Público, que é o Órgão onde trabalho e expor, principalmente, para os indígenas, qual é o objetivo do nosso trabalho.

Quero fazer a ressalva de que faço parte do quadro do Ministério Público como funcionária, exerço a função de Analista em Antropologia, sou Cientista Social. Eu estou representando a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, a recém-empossada, Dr^a Ágda Aparecida Silva; que infelizmente não pôde estar presente porque teve que ir a uma reunião em Brasília, mas solicitou-me que estivesse aqui, representando o Ministério Público.

Depois de tantas falas tão importantes, o que posso acrescentar ao que foi dito é a minha visão como Analista em Antropologia, do papel social que o Ministério Público tem, atualmente, e poder repassar a informação de como os índios podem chegar ao Ministério Público e obter resultados para suas demandas, dentro do social.

O meu objetivo, então, é divulgar o papel do Ministério Público, acrescentar que dentro do Ministério Público temos uma Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, que é onde eu atuo. A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão tem a função de representar a sociedade, cumprindo o que vem dentro da democracia, do regime democrático, que é a criação de direitos e fazer com que esses direitos se realizem.

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, também, cuida dos direitos indígenas, além dos cidadãos todos. Nós procuramos garantir, principalmente, os direitos chamados primeiros direitos, da primeira geração, que são: a igualdade, a liberdade e a participação no poder.

A Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão tem a preocupação de manter o exercício da cidadania e busca garantir também, outras séries de direitos, que são: direitos políticos, direitos sociais, direitos das minorias, onde se encaixam os indígenas, e os direitos também, da segurança planetária, que são as garantias das lutas ecológicas.

Quero dizer que o perfil constitucional do Ministério Público está definido de forma clara no Art.127 da Constituição Federal. O Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais individuais indisponíveis.

O Ministério Público é um instrumento fundamental, sob o meu ponto de vista, não apenas para a Justiça, mas para toda sociedade. Ele pode ser considerado um dos pilares da democracia, possuindo competência legal de atuação de forma independente em relação ao Poder Executivo. O Ministério Público dispõe de instrumentos que garantem a abrangência no seu trabalho. Essa abrangência pode ser definida na parte da definição das competências do Ministério Público no artigo 6º da Lei Complementar nº 75/93.

Dentro das funções essenciais à Justiça do Ministério Público, que está no artigo 127, nós temos a incumbência de defesa da ordem pública do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indispensáveis. Assim, nós podemos dizer que o Ministério Público é uma espécie de guardião do cidadão e da sociedade dentro do amplo leque de suas atribuições.

O Ministério Público presta serviço à sociedade nos moldes do texto democrático dessa nova Constituição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Para manter a defesa dos cidadãos trabalha-se, no Ministério Público, com os conflitos. Os conflitos e os interesses são os nossos objetos de trabalho. Os conflitos, os interesses e necessidades da sociedade, são os nossos objetos. Esses interesses e necessidades podem ser transformados em direito.

Com a atuação do Ministério Público pode-se definir, que se pode viver próximo da democracia e podemos transformar a sociedade, verdadeiramente, numa sociedade histórica, aberta ao tempo, ao possível e as transformações ao novo.

A instituição Ministério Público se fortaleceu no final da década de 80 com a aprovação do texto da nova Constituição.

Podemos dizer que a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, onde eu atuo, deve ser vista, deve ser olhada pela sociedade como o lugar onde, principalmente, os indígenas e os cidadãos podem levar suas reivindicações, suas manifestações de descontentamento, e as suas demandas. Nós atuamos como fiscais junto às instituições que trabalham para os indígenas, ou seja, a FUNAI, a FUNASA. Então, quando os índios têm algum descontentamento com relação ao resultado do trabalho que essas instituições deveriam trazer com resultados positivos, se eles estão descontentes, ao apresentarem essas demandas, essas reclamações ao Ministério Público, nós atuaremos como fiscais e cobraremos dessas instituições os resultados que estão deficientes.

O Ministério Público deve ser percebido e pensado pela sociedade e pelos indígenas, como a instituição que contribui para a construção de um futuro e um local para se engendrar um ideal de si mesmo. Um local de exercício de cidadania. Quando eu falo em exercício de cidadania, significa que nós contribuimos para modificar o comportamento consolidado como determinações sociais dentro da sociedade, que é manutenção de violência, como racismo, machismo, discriminação religiosa, de classe social. As desigualdades como a exclusão cultural e política, o não exercício da liberdade. A nossa sociedade vive satisfazendo os interesses das classes abastadas, sem ultrapassar as carências. Portanto, não vive a esfera do direito. A visão dos interesses, dos privilégios e das carências que não são do interesse comum como direitos. Nós atuamos, justamente, para quebrar esses comportamentos que vemos na nossa sociedade.

Quanto à atuação do Procurador da República nas questões indígenas, ele conta com o trabalho do analista em antropologia, no caso da Procuradoria de Mato Grosso, eu sou a única analista em antropologia. O trabalho dele vai depender dessa minha intervenção antropológica, ou seja, nós vamos fazer a interface, interpretar as culturas, pois o Ministério só pode defender quando tem conhecimento do outro e é esse o entendimento de todos os membros do Ministério, quando nós entendemos e descobrimos as pretensões do grupo e quais as suas demandas.

E como antropóloga, eu desempenho um papel de contribuir para legitimar os direitos indígenas mantendo o diálogo, respeitando as diferenças, percebendo os outros, aqui no caso, principalmente, os indígenas, nas suas dificuldades buscando a eliminação dos desrespeitos aos direitos fundamentais e procurando o fortalecimento das minorias. Sempre promovendo os direitos humanos que significa promover a dignidade inerente a todos os seres humanos, a eliminação da marginalização e a exclusão social. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Queremos agradecer a Dr^a Jacira Monteiro de Assis Bulhões pela explanação.

Daremos início, neste momento, aos debates com os integrantes da platéia previamente inscritos, que disporão de três minutos, para exposição ou perguntas. Nós já temos seis inscrições sem contar o Sr. Paulinho e a Sr^a Silvia Amanujepá que iniciarão esta parte do debate. Estão abertas as inscrições.

Agora, nós seremos mais rigorosos com os três minutos, para que não se prolonguem muito e consigamos transformar os dez em quinze minutos, porque já temos uma hora

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

de apresentação. Mas, de qualquer maneira, as contribuições dos debatedores foram muito importantes. No caso dos debates, nós vamos ser rigorosos com o horário. Eu estarei avisando quando encerrar o tempo.

Com a palavra, a Sr^a Silvia Amajunepá... No caso da Sr^a Silvia Amanujepá e do Sr. Paulinho que estão tendo a possibilidade de participar da Mesa, talvez, nós possamos deixar-los um pouco mais. Mas se puderem resumir dentro do prazo, porque provavelmente teremos muitos inscritos.

A SR^a SILVIA AMAJUNEPÁ – Bom-dia a todos que se fazem presentes aqui.

Eu vou começar falando sobre o ponto que mais nos afeta, no momento, que vem sendo a saúde, não só aos Umutima, mas, no geral, em Mato Grosso e em todo o Brasil. Eu acho que está acontecendo isso. Dizem tanta coisa em relação à saúde, mas o que nós, povos indígenas, que estamos lá dentro das aldeias estamos vendo, é que nada do que está no papel está sendo cumprido. Nós que estamos lá dentro, sentimos na pele o desrespeito com relação à saúde dos povos indígenas. E se existe uma Lei que garanta que os índios sejam assistidos por um órgão, eu acho que esse órgão tem obrigação de cumprir com o seu dever e não deixar acontecer o que está acontecendo dentro das reservas indígenas. Já que se terceirizou a saúde, então, que se cobre dos órgãos responsáveis pela nossa saúde para que cumpram com o seu dever.

Nós estamos lá desassistidos, e com certeza outros povos também estão sendo desassistidos. Morrem índios todos os dias e eles não tomam conhecimento disso. Esse é o ponto mais crítico que todos os povos indígenas estão enfrentando hoje.

Eu acho que se querem que abramos um espaço dentro da sociedade indígena, que eles também respeitem as nossas condições, pois a saúde está sendo precária e não estão cumprindo direito com suas obrigações.

Era só isso. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Antes de passar a palavra ao Paulinho, vamos passar para a Vereadora por Cuiabá, Sr^a Enelinda Scalla.

A SR^a ENELINDA ESCALLA – Bom-dia a todas e a todos.

Eu quero cumprimentar o meu querido Deputado Ságua, em nome do qual eu cumprimento a todos. Meu querido ex-aluno, eu cito toda orgulhosa. Por onde passo eu conto. Eu tenho orgulho de ter tido esse jovem como meu aluno, já foi Prefeito e, hoje, é Deputado. Não é uma beleza? Também quero cumprimentar a todos aqui da Mesa, todos e a todas.

Eu gosto de estar, aqui, partilhando com os senhores, nesta semana dos povos indígenas. Eu gostaria de comunicar ao Deputado Ságua que estou aqui, representando não só a mim mesma, mas a Câmara Municipal de Cuiabá, como também a nossa querida Senadora Serys Shessarenko.

Na semana dos povos indígenas quero trazer presente a palavra do indígena Gildo Terena, que ficou conhecido pela imprensa toda por ter caminhado de joelhos e com os braços abertos em direção à tropa de choque da Polícia Militar baiana em Santa Cruz de Cabrália.

Vou repetir as palavras dele:

“Doeu em mim. Eu vi mulher chorando sem saber de nada. Doe u em mim. Eu vi crianças olhando com desespero, eu sabia que eu era um ser humano, e não um animal para ser tratado com bombas, com os cavalos.

Aí, com humilhação de todos os povos em mim, me pus, me humilhei dizendo: parem com isso!

Aí, eu senti como se fosse Cabral entrando na nossa terra brasileira. Eu senti de novo outros quinhentos anos que eu ia sentir de massacre e violência para meu povo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Aí, quando eu levantei, vi um daqueles policiais colocando mais uma bomba para jogar para o lado do meu povo.

Eu abri os meus braços para que eles jogassem em mim e não neles. Com isso, eu fui empurrado pela bomba e caí no chão, sem defesa nenhuma. Sem agressão nenhuma. Eu tentei levantar e fui pisoteado pelo batalhão.

Senti como se fosse animal, depois. Eu chorei. Eu não agüentei ver em mim um índio pisado. Pisado no começo de uma nova era dos quinhentos anos. Eu chorei, chorei, me perguntando o que eles estavam fazendo”.

O Sr. Gildo termina o seu depoimento com um desafio para todos nós. “É eu agradeço a todos que têm um coração índio, que têm um coração de espírito, que vêem um outro índio ou não índio, negro ou branco, que possam olhar como ser humano aquele que pede esmola, aquele que não tem onde morar, aquele que senti racismo, que possa sentir em si o que nós temos no coração.”

O final do século e do milênio fora marcado pela violência física e simbólica contra as minorias, contra os excluídos, contra a liberdade de sonhar e de construir uma terra sem males.

Da mesma forma que em outros setores da população, os povos indígenas estão ameaçados e são vítimas do baixo nível de vida, da pobreza extrema, das doenças, do alto índice de analfabetismo, da desnutrição, do alcoolismo, dos deslocamentos compulsórios e dos atos de violência. Estão submetidos a diversas práticas de discriminação e segregação social, cultural e ética. Essa lógica da organização econômica, política e social gera violentos mecanismos de exclusão social, desrespeito aos direitos humanos, muitas e variadas formas de violência contra os povos indígenas e a exploração sem limite dos recursos naturais, com repercussões desastrosas para as futuras gerações.

Ao homenagear e manifestar minha solidariedade às nações indígenas, eu quero manifestar minha alegria em ter no meu grupo de trabalho uma indígena Kaxinawá, Joana D’Arc do Nascimento Filha, minha assessora, que vem me prestando assessoria esse tempo todo.

E mais, eu quero partilhar com todos que nasceu dessa assessoria a indicação para que Lúcio Flores passe a ser o Superintendente Regional de Mato Grosso. Essa menina, a qual tenho muito orgulho em tê-la na minha equipe, disse: “Professora Enelinda...” - quando nós estávamos discutindo no PT sobre os cargos federais, não é Oreny? Meu querido companheiro - “...vamos por um companheiro índio nessa função”. Eu disse: - Muito bem, vamos à luta entre as forças internas do PT. Indicamos. Todos do PT acolheram com o maior carinho. Todas as forças do Partido dos Trabalhadores. Nós estamos aguardando com muito interesse, com muito carinho, que isso - ouviu Professora? – se concretize.

Esse Governo. O Governo de Lula. O nosso Governo vai resgatar, não tenham dúvida, porque eu tenho confiança no nosso Lula, no nosso Lula-lá. Eu sinto que ele não vai fazer tudo que tem que fazer em quatro anos. Mas eu tenho tanta confiança nas nossas lideranças que vão resgatar, sim, muita justiça para os nossos povos indígenas e para todo povo brasileiro.

Muito obrigada, meu querido Deputado Ságua. Parabéns por essa Audiência Pública. Não é todo mundo que dá importância às minorias. Que bom que Vossa Excelência está aqui e tem toda essa sensibilidade em dar todo esse carinho, fazendo, aqui, às vezes do nosso querido Gilney Viana, que agora está lá no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília. Muito obrigada pelo convite, por estar partilhando esse momento com todos. O meu abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Nós agradecemos a participação da Vereadora Enelinda, que foi a minha professora na Faculdade de Medicina.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Vamos passar a palavra ao Paulo Henrique, que dispõe de três minutos, mas se precisar de um pouquinho mais, nós vamos conceder, porque você poderia participar da Mesa, e, depois disso, nós seremos rígidos.

O SR. PAULO HENRIQUE – Muito obrigado por essa oportunidade.

Eu acho que é o momento oportuno de estarmos expressando e colocando os sentimentos dos nossos povos indígenas do Estado de Mato Grosso, visando uma situação bastante ampla dentro do Estado. Situações precárias, situações assim, às vezes, difíceis em todos os sentidos tanto como a saúde, a educação, a atividade produtiva, a defesa da área indígena, a ampliação das reservas indígenas e a proteção das próprias lideranças indígenas que, muitas vezes, correm o risco de lhes acontecerem fatos piores.

Eu quero ser o mais breve possível. Não tenho nada pontuado para poder estar explanando, mas eu acho que nós temos muito, a expor.

Essa é a real situação que nós passamos, aqui, dentro do Estado de Mato Grosso. Em cada Governo existe uma mudança e essas mudanças, muitas vezes, achamos que possam melhorar por um lado e possam complicar por outro lado. Essa real situação brasileira é uma esperança que vem a refletir também nas bases.

Nós, povos indígenas, precisamos de um acompanhamento mais próximo em todas as situações.

Ouvindo o depoimento das pessoas da Mesa, vimos que a situação, hoje, não é aquela que acontece como está realmente garantido na lei. Muitas vezes a lei é violada “é passada por cima” e isso acaba refletindo e acontecendo conflitos nas áreas indígenas, onde os problemas agravam-se a cada dia que passa, a cada governo que passa, a cada mudança que passa.

Eu acho que, politicamente, nós, povos indígenas, devemos ocupar espaços. Não partidário. Mas, em todos os partidos, porque assim vamos estar organizados. Eu acho que a política depende de pessoas com idéias claras, que tenham diálogo com todos os segmentos para que possam estar resolvendo essa situação.

Quero aqui agradecer ao Deputado Ságuas, que é da nossa região. Muitas vezes, chegávamos na pediatria - quando ele estava lá, na pediatria, tratando das nossas crianças indiazinhas pequenas -, a qualquer hora do dia ou da noite, e agora está aqui para nos ajudar mais uma vez. Não só nós da região, mas de todo o Estado de Mato Grosso. Pedindo encaminhamentos, muitas vezes, no sentido de apoiar não só o Estado de Mato Grosso junto ao Senado, mas a situação de outros Estados, que muitas vezes tem uma maior necessidade. Recentemente aconteceram fatos inesperados de assassinatos de lideranças de outros Estados, inclusive da Bahia.

Sabemos que temos grandes parlamentares, também, no Senado que podem defender os direitos dos povos indígenas. Não só dos povos indígenas, mas de toda a população mais carente.

Pedimos, neste momento, apoio aos projetos dos povos indígenas auto-sustentáveis das áreas indígenas, que, muitas vezes, não vão para frente porque atende a interesses das grandes empresas.

Mato Grosso - como dizem - Mato Grosso tem que crescer. Mas não nas áreas indígenas. Futuramente em Mato Grosso só existirá área de proteção nas áreas indígenas. Porque ela vem, cada vez mais, crescendo e derrubando mata, prejudicando as águas. E vai acontecer de somente existir áreas de preservação nas áreas indígenas.

Eu acho que todo Governo, tanto da esfera municipal, estadual ou federal, tem que estar próximo e cuidando realmente das áreas indígenas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Quero aproveitar este momento oportuno, também, para dizer que nenhum Governo do Estado tem o direito de barrar a demarcação das áreas indígenas. Porque a demarcação das áreas indígenas está em poder da União, que é o Governo Federal.

Tenho esperança ainda, de que essas demarcações que foram iniciadas tenham conclusão. Para que os povos indígenas tenham mais liberdade. Sabendo que, dentro de todo Governo existem limites, e derrubam muitas vezes até o projeto de lei que dão garantias aos povos indígenas. Porque muitos projetos que estão lá, na Constituição, foram colocados, muitas vezes, sem o conhecimento do próprio índio. E que foram feitos para que eles respeitem os direitos dos povos indígenas, quando na verdade isso não acontece. Então, eu quero ser o mais breve possível.

Finalizando, que se analisem todas as ações junto aos povos indígenas. A situação da terra, da saúde, da educação, que teve um andamento muito grande, mas, queremos muito mais ainda. Queremos apoio. Porque hoje nós temos uma esperança de que se tenha um índio fazendo mestrado ou doutorado, para que ele mesmo possa direcionar a educação lá na aldeia, lá na base. Essa é a esperança que nós temos. E o meu muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Queremos agradecer a participação do Sr. Paulinho, que é Professor do Barranco Vermelho, dos índios Rikbaktsa. Está no Município de Brasnorte, mas as saídas, na maioria das aldeias, são para o Município de Juína.

Com a palavra, o Sr. Mário Bordigon, membro do CIMI, por três minutos.

O SR. MÁRIO BORDIGON – Bom-dia a todos. Eu sou mais conhecido como Mestre Mário, Deputado.

Eu sou irmão salesiano. Trabalhei 18 anos com os índios e, no momento, estou num grupo de trabalho para recuperação da área indígena Bororo, de Jarudori, área demarcada e homologada, totalmente invadida. Juntamente com a professora Agripina de Barros, da UFMT.

Como dizia o Sr. Paulinho que nós estamos numa época de mudança, mas eu acho que a luta continua. Quem está do lado do índio, eu acho que tem que continuar a luta. Perdemos vários guerreiros. Você sabe que morreu o Sr. Mário Juruna, morreu o Sr. Lourenço Bororo, mas estão aparecendo outras lideranças, graças a Deus. Também os velhos missionários, que no fim deram uma virada em 1972 e, se dedicaram de corpo e alma para o índio. Eu sou irmão do Padre Rodolfo, que foi morto em 1976, enquanto demarcavam a terra dos bororos. Os fazendeiros mataram o Padre Rodolfo e o Bororo Simão. Eu era amigo do Sr. Vicente Canãs, que morreu defendendo a terra dos Enawené-Nawê. Foi morto pelo Ronaldo da vida, todo mundo sabe dessa história. Eu era amigo do Padre João Bosco Borneau, jesuíta, e muito amigo do Sr. Tomás Lisboa, que está sentado aqui. Outro homem de luta.

Mato Grosso, em 1970, foi o Estado que mais terras demarcou, também, graças aos missionários, e às vezes nas reuniões dos índios dizem que missionário só atrapalhou a vida dos índios lá. Atrapalhou sim, no passado. Reconhecemos o erro desde que nasceu o CIMI, que nasceu em Mato Grosso, e a história mudou.

Eu não queria aqui fazer apologia aos missionários, mas, estou aqui para dizer que tivemos mudança, para abrir-se os olhos, prestar-se atenção nas coisas, porque o poder é uma tentação muito forte, muito grande.

Eu estava lendo um jornal aqui, *Folha do Estado*, do dia 29 de março: “Ricarte assume a luta por demarcação. Quer fazer uma frente parlamentar nacional para uma demarcação democrática das terras indígenas”, traduzindo em miúdos, eles querem uma discussão maior ainda para demarcar as terras indígenas.

Vocês sabem que tem o Decreto nº 1775, que dá altos poderes de contestar as propostas que entrarem na Justiça. Eles querem mais ainda, querem que o Congresso discuta a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

demarcação das terras indígenas. Então, uma demarcação vai durar, pelo menos, 50 anos. Quer dizer, a história continua. Então, precisamos continuar na luta.

Deputado Ságua, esta Casa que sempre promoveu este tipo de manifestação, infelizmente, a maioria desta Casa não é a favor do índio, todo mundo está sabendo disso. Não sou eu que estou descobrindo a América, todo mundo sabe da história. Vossa Excelência precisa procurar mais aliados para ter mais força para defender o índio, porque nós temos mineradoras, garimpeiros e tudo o mais...

(O SR. PRESIDENTE SÁGUAS FAZ SOAR A CAMPAINHA).

O SR. MÁRIO BORDIGON – ...Temos lutas de índio contra índio, promovida por madeireiros e tudo o mais.

Eu acho que está na hora de juntar forças, porque quem está do lado do índio tem que juntar força para apoiar o índio, especialmente, na demarcação da terra e na defesa da saúde. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Agradecemos ao Mestre Mário.

Com a palavra, a Sr^a Francisca Novantino Pareci, Professora Indígena e representante no CNE.

A SR^a FRANCISCA NOVANTINO PARECI – Bom-dia a todos.

Meu nome é Francisca Novantino, sou conhecida como Chiquinha Pareci. Eu vim fazer meu pronunciamento aqui, com um apelo a esta Casa, como representante indígena no Conselho Nacional de Educação. Sou professora na rede pública. Já atuo há muitos anos no movimento indígena e conheço a realidade do País e do meu Estado.

Eu vim fazer um apelo a esta casa com relação à questão do desenvolvimento das ações e das políticas públicas na educação escolar indígena. Nós temos uma equipe na Secretaria de Estado, que é uma equipe onde, praticamente, 70% são pessoas que atuam na comunidade indígena. Já atuaram na comunidade indígena. Têm uma história de vida com o nosso povo. São pessoas comprometidas. Porque muitas coisas que nós vimos fazendo e se Mato Grosso avançou no campo da educação, foi muito mais por vontade dessas pessoas, foi vontade de instituições também, de aliados que nós temos, do que pela própria instituição pública.

Isso, para mim, eu considero como uma questão relevante. Porque precisamos chamar atenção de outras instituições mais poderosas, conforme o Sr. Paulinho colocou com muita propriedade, em relação a que: avanços existiram, mas a concretização desses avanços no campo da legalidade, é que está comprometida.

Por exemplo, já tem quase dois meses que eu estou tentando uma Audiência com o Governador e até agora eu não tive a resposta. Por quê? Porque a pauta que nós vamos discutir é de ações concretas de fato.

Nós temos a formação a ser dada para os nossos professores indígenas. Nós temos ainda a ampliação de vagas no curso de formação do terceiro grau indígena, na UNEMAT. Nós temos uma série de ações muito importantes que vão desenvolver e trazer três princípios importantes da educação escolar indígena: que é a reafirmação da identidade étnica, que é a valorização dos conhecimentos tradicionais, incluindo, a questão da língua e, principalmente, a recuperação da memória histórica, que isso eu considero muito importante para nós porque é através da história... (PALMAS)... com seus agentes formadores, que são os professores da rede, professores não indígenas, é que a sociedade mudará o pensamento em relação a nós indígenas. Essa é uma preocupação que eu tenho muito grande.

No meu encontro com os professores indígenas, não só do meu Estado, mas também do País, essa reivindicação tem sido um dos grandes alvos de discussão e, principalmente, de apelos dos índios em relação a fazer com que mude a educação brasileira em relação aos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

indígenas. Porque o preconceito e a discriminação estão exatamente quando se reporta cada vez mais, na escola, uma história oficial que nós sabemos muito bem que não é a realidade que nós vivemos. Então, é isso que nós queremos.

Eu quero ter mais uns minutinhos, por gentileza, porque eu quero pedir o apoio desta Casa também, para a realização do encontro, que nós queremos, dos professores indígenas, dos educadores. Nós queremos isso, Deputado Ságua. Porque há muito tempo, depois da Conferência Ameríndia de 1997 - que foi um marco na Educação aqui em Mato Grosso e referência nacional-, é que as universidades começaram a discutir realmente a questão do índio na universidade. Foi a partir de 1997. Porque até então não se tinha nenhuma discussão. Foi quando começaram a chamar nós, indígenas. Porque nem éramos chamados. Os que eram chamados eram os dito “especialistas”. Agora, pelo menos, nós já estamos sendo convidados a participar dessas discussões.

Eu vejo que precisamos realizar, novamente, um encontro de educadores indígenas para que possamos discutir as nossas questões, traçar um novo momento para essa história. Porque nós estamos vivendo esse momento de transição entre a questão do que era a educação e do que nós teremos que ser daqui a uns próximos anos.

Eu vejo que isso é muito importante, porque esta Casa, em 1986, chamou-nos aqui para criar a Coordenadoria de Assuntos Indígenas, que foi um movimento muito importante na época. Eu tive o prazer de participar junto com demais lideranças, infelizmente algumas não estão presentes. Foi muito importante a criação da coordenadoria, e achamos muito estranho que foram indicadas pessoas que não tinham nada a ver com os nossos interesses, não tinham experiência, e muito menos a ver com a nossa própria trajetória.

Era isso o que eu queria colocar. Agradeço pela oportunidade e quero dizer que parabeno a Casa, parabeno os Deputados Estaduais do PT por mais este compromisso que têm conosco. Vossas Excelências não de, realmente, levar essas nossas mensagens às autoridades mais elevadas.

Eu gostaria, também, de solicitar que nas próximas oportunidades possamos chamar as nossas lideranças tradicionais, os nossos velhos, os nossos Pajés, para que eles possam se manifestar, aqui, porque são eles os verdadeiros sabedores do nosso conhecimento. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Agradecemos a participação da Sr^a Chiquinha Pareci. Convidamos, agora, para fazer uso da palavra, por três minutos, o Sr. Vitor Peroari, representante das Relações Públicas Indígenas, da UFMT.

Temos, mais ou menos, dez pessoas inscritas aqui. O ideal seria um tempo estendido a todos, mas vamos tentar ver se é possível dentro desses três minutos.

O SR. VÍTOR PEROARI - Eu gostaria de agradecer pela oportunidade desta Casa, ao Deputado Ságua, a Vereadora Enelinda, que nós já conhecemos há muito tempo, da UFMT, mas, nunca havia me aproximado dela. Depois que ela passou a ser Vereadora nós nunca mais tivemos contato.

Senhores, falando sobre a questão dos direitos indígenas eu vejo assim, que quando os conquistadores chegaram ao Brasil e encontraram os nossos patrícios na maior liberdade, na maior tranquilidade, sem se preocupar em pagar a luz, em pagar a água, ou IPTU, não se passava nada disso. De repente, nós fomos obrigados a entender a taxaço dentro da nossa própria terra. Entender essas leis que vão e vem, às vezes, vão e voltam sempre contra nós.

Eu não gosto de falar muito sobre questões de direito, coisas assim, porque, no momento, nós temos que agradecer aquelas pessoas que nos ajudam em termos das leis. Os Parlamentares pouco fazem por nós, mas, nós temos que agradecer muito esse pessoal para que aconteça o mínimo de leis, de artigos que nos favoreçam, porque, bem ou mal, há a proteção das

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

nossas áreas, da nossa vida. Eu gostaria de dizer que isso não passa da obrigação dos nossos representantes, porque, afinal de contas, nós, indígenas, demos voto de confiança a esses Parlamentares. Nós votamos. Nós demos voto de confiança para eles, também.

Nesse sentido, eu gostaria de dizer que quanto a nossa educação, há muita coisa para ser melhorada. Apesar de ter avançado um pouco, principalmente, aqui, no Estado de Mato Grosso, que abriu para o avanço na nossa educação, ainda está no início, na fase de construção.

Nós precisamos abrir um leque maior para beneficiarmos toda a nossa comunidade. Eu vejo que há interpelação e atrapalho dentro da questão da educação. Nós precisamos assegurar financiamentos.

Na área da saúde também, a situação é muito triste. Agora mesmo, o nosso representante, Cacique Aiaciro, disse que estamos num estado de abandono. Isso acontece desde quando a questão da saúde passou para a FUNASA. Até agora, eles não conseguiram estabelecer uma linha, uma meta, que pudesse atingir ou nos atender com eficiência. Eu vejo o abandono na própria casa do índio, aqui em Cuiabá. Eu já vi até um estranho dizer que a casa do índio esteve de recesso. Eu nunca vi um hospital ficar em recesso com tantos problemas de saúde do povo.

Quanto à questão da representação institucional, também, eu gostaria de dizer que toda vez que se fala da Instituição Indigenista, principalmente, no caso da FUNAI, as políticas sempre vieram de cima para baixo com dizeres que tinham que diminuir a potência e o direito dentro da luta da FUNAI. Tirando e repassando para outra coisa. Enquanto que muitas organizações apoiaram para que a FUNAI passasse para um núcleo só. Eu acho que só aqui no Brasil é que toda questão indígena, quando é feita, sempre é feita para diminuir e não para aumentar. A FUNAI, de Fundação ela poderia ser passada a Ministério Indígena, aqui no Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Nos agradecemos ao Sr. Vitor Peruari.

Nós temos mais seis inscritos. Na fala do próximo orador, nós encerramos as inscrições, porque vai ter a dança, vai ter o encerramento ainda.

O próximo inscrito é o Sr. Aloir Passini, Supervisor do Museu Rondon.

O SR. ALOIR PASSINI – Ontem, quando o Sr. Paulinho defendia, lá no Museu Rondon uma pauta de reivindicações de proteção e segurança para as lideranças indígenas que estão ameaçadas... Eu quero até aproveitar para dizer aos índios que o Museu Rondon é uma Instituição viva. Que guarda memória dos índios e está aberto para aos senhores, para quando quiserem se ocupar desse espaço. Também, aproveitar para dizer que, hoje à tarde, nós teremos uma reunião às 15:00 horas, para começarmos a criar uma Associação dos Amigos do Museu Rondon. Se os índios de Mato Grosso quiserem também fazer parte dessa Associação, estão convidados para estarem lá, presentes, e a sociedade em geral.

Quanto a essa questão da reivindicação da proteção e segurança, eu quero perguntar ao Sr. Paulinho e provocar a discussão sobre isso. Em dezembro nós tivemos uma exposição no Museu do Rio. O Sr. Matias e a Sr^a Dolores Rikbaktsa foram convidados e no ônibus foram interceptados por garimpeiros na ponte do Rio Juruena, foram ameaçados de morte e tiveram que voltar. Eles foram impedidos de vir a Cuiabá para essa exposição.

O Sr. Isidoro, que é Presidente da Associação, passando por aqui, neste mês ainda, falou-nos das ameaças e da pressão que ele sentia dos garimpeiros de Juína.

O que está havendo? Sr. Paulinho, o que é possível fazer? O que se espera da Assembléia Legislativa? E a nossa sociedade em relação a isso?

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Como a maioria tem feito exposição e não pergunta, vamos deixar as respostas para o final, para que cada expositor que foi argüido possa, no final, fazer a explanação em bloco e não fique muito demorado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

O próximo inscrito que fará uso da palavra é o Sr. Silval Silva, representando o povo Pareci.

O SR. SILVAL PARECI – Bom dia.

Meu nome é Silval Pareci, estou representando a etnia Pareci da cidade.

Eu vim aqui agradecer o convite da Dr^a Fátima e a Casa por estarem nos cedendo, este espaço, nesta audiência, para falar da nossa Associação Indígena dos Povos Civilizados que conviveram com Rondon. Estamos nos organizando para defender os nossos direitos junto à sociedade, para que possamos agilizar mais nossos direitos e a demarcação das áreas que estão por ser demarcadas.

Eu só queria agradecer aos senhores por esta oportunidade de falar da nossa Associação que está sendo formada com o apoio da UFMT. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Agradecemos a palavra do Sr. Silval Pareci.

Passamos a palavra agora para o Sr. Paulo Felix, Administrador da FUNASA, neste ato representando o Coordenador Regional da FUNASA.

O SR. PAULO FÉLIX – Bom-dia.

Eu quero agradecer aqui ao Deputado Ságuas pela oportunidade. Agradecer a Vereadora Enelinda Scalla, que está aqui também nos prestigiando e a todos os presentes. Eu estou falando em nome do Coordenador Regional da FUNASA, Dr. Sérgio.

Eu fiz questão de vir aqui para prestar alguns esclarecimentos.

A Dr^a Maria de Fátima passou-nos uma informação sobre um dado que foi informado pelo Sr. Marcos Terena, sobre um gasto per capita com as ações da saúde indígenas. Eu gostaria de passar um dado concreto que nós temos. Eu fiz rapidamente aqui.

Primeiro, eu quero lembrar que nós trabalhamos com um teto financeiro, que é estabelecido para os DSEIs, para os Distritos Sanitários. Nós temos dois mil e setecentos reais com as ações da saúde indígena do convênio firmado, apenas, com o Instituto Trópicos. Se nós formos considerar um outro convênio que nós temos com a OPAN, são mais novecentos mil reais. E depois nós temos ainda...

(A SR^a MARIA DE FÁTIMA FALA DE SUA BANCADA – INAUDÍVEL)

O SR. PAULO FÉLIX – Não.

Dois mil e setecentos reais somente com convênio firmado com o Instituto Trópicos.

O SR. CABRAL – Dois milhões...

O SR. PAULO FÉLIX - Dois milhões e setecentos mil. Desculpe. Obrigado, Sr. Cabral.

E mais novecentos mil com a OPAN. E mais setecentos mil reais com os gastos, com a casa de saúde dos índios de Cuiabá, que é uma casa de apoio para eles. Nós temos um gasto per capita de novecentos e cinquenta /ano. Eu só queria corrigir essa informação, que é um dado concreto que eu obtive aqui. O que cai para noventa reais por mês, praticamente, per capita. Eu só queria corrigir essa informação.

Respondendo à Sr^a Sílvia que nos trouxe uma outra informação... Só lembrando que o índice de mortalidade infantil da Comunidade Montina é zero. A FUNASA já vem a partir do novo Governo, digamos assim, tomando atitudes, adotando uma postura nova. Uma postura de mudanças, onde ela está agindo. E o Dr. Sérgio vem, efetivamente, adotando medidas, e buscando o conhecimento dessas ferramentas.

A FUNASA vem agindo como órgão fiscalizador e acompanhando as ações. Eu posso garantir aos senhores que a FUNASA vem também implementando medidas efetivas de intervenção, inclusive quando for o caso. Porque ela tem essa prerrogativa. Ela está exercitando. Ela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

está efetivamente no exercício dessa prerrogativa que ela tem. Nós já temos casos concretos, também, em que a FUNASA interviu em situações bastante conflitantes e que colocou a FUNASA como a parte culpada, porque é muito simples, às vezes, atribuir a responsabilidade apenas à instituição que é responsável perante a Nação pelas ações de Saúde Indígena.

O novo Governo aqui, representante da FUNASA no Estado, Dr. Sérgio, tem tomado todo cuidado para poder reverter essa imagem da instituição. Porque a FUNASA tem o seu papel bem definido, tem as suas competências bem definidas e nós temos muito cuidado para esclarecer à comunidade.

Eu só quero completar, agora, a minha fala com a do Sr. Vítor Peruare, Relações Públicas, ele lembrou um fato... Eu só quero lembrar que a Casa de Saúde do Índio é uma casa de apoio. Ela não fechou as portas. Ela não fecha as portas. Ela está aberta, sempre, para receber a comunidade indígena. O que houve foi a greve dos médicos da rede básica do SUS e isso foi colocado no Conselho Indígena. Foi dado conhecimento no Conselho Indígena.

E, só para finalizar, eu quero dar um exemplo da Casa de Saúde do Índio da Comunidade Kayabí, que está na jurisdição do DSEIs Kayapó.

Nós temos lá, por questões políticas, digamos, a Fundação Nacional de Saúde. Ela assumiu a Casa de Saúde Kayabí quando nós vimos que estávamos impossibilitados de manter um bom relacionamento entre aquelas comunidades. E, como a FUNASA tem o papel de agir supletivamente, nós não pensamos duas vezes. Por isso estamos até hoje, lá, como órgão executor das ações da saúde indígena.

Eram esses esclarecimentos que eu queria dar. Vamos agir como missão institucional, pela missão que a FUNASA tem, ela estará sempre de portas abertas. Eu tenho certeza, posso lhes garantir, que daqui para frente, tomando maior cuidado para poder deixar bem claro tanto aos não índios como aos índios, a todas as nações, a todos os povos, do seu papel enquanto ela existir. Enquanto ela for responsável pelas ações, principalmente, no que diz respeito a este evento que está acontecendo.

Eu gostaria de agradecer por ter a oportunidade de fazer este pronunciamento e um bom-dia a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Agradecemos a participação do Sr. Paulo Felix.

Com a palavra, o Sr. Oreny Francisco da Silva, Suplente da Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. ORENCY FRANCISCO DA SILVA – Bom-dia aos integrantes e as integrantes da Mesa. Bom-dia a todos que vieram para este debate, para esta Audiência Pública.

Gostaria de dizer que a Senadora Serys Slhessarenko, o Deputado Ságuas, a Vereadora Enelinda Scalla, a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Federal Carlos Abicalil, são hoje da Bancada do Partido do Presidente da República. São aqueles que indicaram, o Sr. Sérgio, para ser o administrador da FUNASA, aqui no Estado. Já indicaram, mas, estão esperando a nomeação do Lúcio Flores para a FUNAI.

E o Ministro da Justiça, Márcio Tomás Bastos, desde a sua posse já manifestou qual será a linha de atuação do Governo. E nós, todos, do Partido dos Trabalhadores, hoje, em relação ao Governo Federal, temos que de fato dar explicações. E a FUNASA quando vem aqui, com certeza, será nessa linha que terá que fazer sempre. Se não está fazendo o certo, buscar as melhorias para garantir aquilo que os povos indígenas precisam.

Há algumas ações já em andamento, que já são visíveis e que estão sendo executadas pelo Governo. Mas, as ações Parlamentares são, de certa forma, mais lenta do que o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Executivo. O Executivo tem que executar, tem orçamento. Se não tem, tem que correr atrás para fazer.

No Legislativo é um pouco mais lento. Os resultados das ações legislativas não são tão perceptíveis, como é possível no Executivo. Nesse sentido, com certeza, os Parlamentares do PT e aqueles que são da Bancada de Sustentação do Governo terão que apoiar aquilo que for proposto. Eles têm buscado soluções para os problemas.

Eu gostaria de lembrar que os Parlamentares Federais, no caso específico do Deputado Carlos Abicalil, estão fazendo um trabalho importante. E até por ser da Educação, ser um Deputado que é professor, ele busca viabilizar e debater no Governo Federal a criação de uma universidade indígena, na linha do que foi colocado e questionado pela Chiquinha. Ela veio aqui e colocou. O Deputado Federal Carlos Abicalil já encampou essa luta, já está trabalhando nesse sentido. Os senhores conhecem o trabalho dele. E quem não conhece vai conhecer a partir de agora, como Deputado Federal, esse trabalho de buscar a institucionalização, a fundação, organização para garantir uma universidade direcionada, especificamente, para os povos indígenas.

E, também a Frente Parlamentar está sendo articulada e até ontem já tinha, o Deputado Carlos Abicalil é um dos articuladores, já tinha cinquenta e cinco Deputados Federais já comprometidos com uma Bancada de defesa dos interesses dos povos indígenas no Congresso Nacional. Quer dizer, é um número significativo de pessoas assumindo o compromisso de doar e o Deputado Carlos Abicalil, com certeza, junto com a Bancada, com aqueles que já assumiram esse trabalho, vão garantir mais adesões, vão buscar mais adesões para que haja no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, especificamente, a ação parlamentar nesse sentido.

E, nós, todos do PT, temos que ser cobrados sempre. E os senhores, que são representantes das comunidades, das organizações não-governamentais têm que cobrar, sim. Porque agora, em nível Federal o PT é Governo. No Estado não é. Mas tem a função, os Deputados Estaduais, de exigirem que o Governo do Estado tenha sintonia com as ações do Governo Federal. Então cobrem, apresentem as propostas, as reivindicações, porque agora nós não somos mais só estilingue, nós somos a vidraça. E, portanto, temos responsabilidades e não vamos fugir delas (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Quero agradecer a participação do Sr. Oreny Francisco da Silva. É o seguinte: Há mais dois inscritos e depois daremos o encaminhamento aqui. Como o pessoal da dança demora um pouco para se preparar, os senhores querem ficar até ouvir as duas inscrições e depois se prepararem, ou já querem se preparar para que na hora em que encerrarmos aqui, vocês estejam prontos para dança?

(OS DANÇARINOS INFORMAM AO DEPUTADO SÁGUAS QUE JÁ ESTÃO PREPARADOS)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Já estão preparados? Então, está bom.

Prosseguem as inscrições. Convido, neste momento, a Sr^a Terezinha Furtado, da Equipe de Educação da Escola Indígena da SEDUC.

A SR^a. TEREZINHA FURTADO - Bom dia a todos vocês. É a primeira vez que estou, como SEDUC, participando de um momento que eu acho muito interessante, muito importante, que é esse aqui.

Eu quero dizer que a educação escolar indígena, Deputado Ságuas - Vossa Excelência bem sabe, pela realidade de Juína -, é uma realidade nas aldeias. Desde 1991, quando a educação saiu da responsabilidade da FUNAI e passou para a responsabilidade dos Estados e Municípios, isso tem se expandido muito, muito e muito. E desde 1999, quando o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução nº 03, que passou essa responsabilidade só para os Estados - podendo também o trabalho ser feito em parceria com os Municípios, mas a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

responsabilidade é do Estado -, a Secretaria de Estado de Educação tem enfrentado um desafio muito grande com relação a essa questão.

O que nós podemos dizer é que com relação às leis - está aí a Sr^a. Chiquinha, que está no Conselho Nacional e representa muito bem o Estado nesse Conselho -, em relação à legislação, nós não podemos dizer que exista, ainda, alguma necessidade de avanço, porque já tem avançado muito mesmo.

Agora, em relação à operacionalização dessa legislação, em relação à concretização desses direitos que os povos indígenas têm, a educação, diferente dessa educação que respeita os costumes e aquilo que eles conseguiram na lei, isso tem dificultado muito. Isso tem sido um problema muito sério, não só para Mato Grosso, como para todas as Secretarias do Brasil. Mas eu falo da nossa realidade.

O que eu quero trazer, aqui, é a necessidade de fazermos um trabalho em conjunto. Nós vamos precisar muito do trabalho em parceria com os Deputados, com o Deputado Ságua, com a Deputada Verinha Araújo, com a Vereadora Enelinda Scalla, com a Senadora Serys Slhessarenko, com o Deputado Federal Carlos Abicalil, porque nós estamos no momento de conquista desse espaço. A cada momento que muda o Governo todos sabem que as minorias têm que conquistar um lugar. E nós estamos no momento de conquista desse lugar. Na SEDUC, em todos os setores, nós estamos batalhando, fazendo isso. Isso não tem sido fácil e tenho a certeza que não será fácil.

Eu aceitei estar à frente dessa equipe, da equipe de Equipe de Educação Escolar Indígena, porque eu recebi um pedido muito explícito dos índios, senão, não estaria à frente desse trabalho, porque já conheço como é a realidade.

Eu quero, aqui, colocar a minha preocupação, o meu desejo, a vontade de toda equipe que está na SEDUC, em fazer um trabalho em parceria com a Assembléia Legislativa e, também, com todas as entidades que trabalham com a educação escolar em todo o Estado. Nós temos várias entidades que trabalham. Nós temos várias agências que estão na educação há mais tempo que a SEDUC. Nós queremos fazer um trabalho em conjunto. Essa é minha preocupação e desejo da SEDUC, para tentarmos sobreviver àquilo que precisamos fazer até o final desse Governo. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Nós agradecemos a preocupação da Sr^a Terezinha Furtado e queremos dizer que pode contar com o nosso apoio.

Eu gostaria de fazer uma pergunta para...

A SR^a TEREZINHA FURTADO – Deputado, dê-me licença. Antes que comece a falar eu quero dizer que Vossa Excelência irá receber um presente, que é o conjunto de Diretrizes da Educação Escolar, que temos em nível nacional, para se inteirar e somar forças conosco.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Muito obrigado.

Daqui a pouco, serei um *expert* em educação indígena. Olhem o maço do presente.

Obrigado pelo presente. Vamos nos informar melhor.

Eu quero fazer uma pergunta para a Sr^a Maria Cecília Filipini e para a Dr^a Maria de Fátima Roberto Machado.

Eu fui Prefeito de Juína por dois mandatos e sessenta e um por cento do Município é área indígena. É um Município bastante grande, tem vinte e seis mil quilômetros quadrados, e não tem tido grandes problemas de convivência entre os índios e brancos. Porém, nós temos três situações diferentes: Nós temos os Enawené-nawê, os quais o contato com os brancos é mais recente, portanto, não sofreram muitas influências e ainda não há grandes problemas. Há problemas, sim. Mas, ainda não são tão grandes. Eles têm preservado a cultura. Tem o trabalho da OPAN na área e estão sem esses problemas de exploração mineral e vegetal que é permissível por algumas etnias. E, na tentativa da exploração mineral, eles revidaram e tiveram que suspender essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

exploração mineral. Mas, nós temos Os Cintas Largas que têm permitido a exploração mineral, a exploração vegetal e têm tido esse comportamento o tempo todo.

Nós temos os Rikbaktsa, conhecidos como canoeiros, que não estão dentro do Município de Juina, porém, como já disse, a saída deles é por dentro do Município de Juina. Eles têm resistido a todas as tentações que surgem lá, a todas as insinuações, pressões e a todo tipo de oferta, para que eles possam entregar as suas madeiras, riquezas minerais que, provavelmente, existem lá. Mas, eles têm resistido até o último momento.

Eu tenho uma admiração muito grande por esse povo. Eles têm tido uma resistência muito grande diante de tanta tentação e diante de exemplos tão próximos, ali, acontecendo e eles podendo até fazer um comparativo e pensar: Por que não nós, também?

Eu tenho uma preocupação muito grande com a sustentabilidade deles. Sustentabilidade econômica, já que não temos o Ministério aqui – como disse a Dr^a Maria de Fátima no Canadá existe e aqui nós não temos -, e os recursos oferecidos pela União para que a FUNAI ou para que qualquer outro órgão possa dar uma assistência adequada aos índios, são irrisórios. E são muito poucos, muito mal distribuídos e com políticas extremamente fragmentadas.

Eu gostaria de perguntar para vocês duas: O que vocês pensam a respeito da questão da sustentabilidade?

Existe resistência em alguns grupos em discutir a questão da sustentabilidade indígena, mas, o que vocês pensam a respeito dessa questão da sustentabilidade econômica dos índios?

A SR^a MARIA CECÍLIA FILIPINI – A questão da sustentabilidade, realmente, é uma questão complexa e vejo que as instituições comprometidas com os interesses dos índios têm-se debruçado, juntamente com as lideranças, com os Caciques, para discutir. E é um tanto difícil, porque eles viviam uma realidade onde tudo era partilhado, onde a sobrevivência vinha da natureza, que da forma como eles a exploravam não se esgotava. E nós vivemos uma realidade em que tudo é mercado. Tudo deve ocorrer em função do mercado.

Daí é que vem essa questão de que eles são povos atrasados, vivem em estado de pobreza...

E o que nós sabemos é que em geral - salvo situações como sabemos a dos Nambikwaras, que tiraram 60% de suas terras e deixaram a melhor terra para os fazendeiros, e eles ficaram com os campos. Os que vivem no campo, em região árida, por mais que se esforcem, têm dificuldades de tirar o sustento dali -, os povos onde sua terra é preservada, com seus recursos preservados, conseguem viver bem. Tanto que a FUNAI, o SPI, quando fazia contato com esses povos – vemos fotos e as mais recentes dos Zuruê, lá em Rondônia, no contato em 1980 – eles estavam bem, bem nutridos. Então, o que nós vemos é que a exploração dos recursos naturais, a forma como ela tem sido feita, ao invés de contribuir para melhor condição de vida deles tem comprometido.

Eu sempre cito que eu estive no ano passado no Encontro de Mulheres e ouvi, e já tinha ouvido outras vezes, mas, tive a oportunidade de ver o depoimento deles lá. Sobre a relação deles. Como eles têm defendido suas terras. Assim, hoje, quando eu falo, sempre os cito, nessa questão dos recursos naturais, como modelo de povo que tem resistido e que, com certeza, estão muito melhores - eu vi lá dentro como vivem-, do que, por exemplo, os Cinta Largas, os Zoró.

Os Zoró ainda mantêm um pouco as roças. Mas o problema é que quando entram os madeireiros alguns se beneficiam, aqueles que são enganados, e aí cooptados, então, aparentemente alguns se beneficiam.

Na causa dos Cinta Largas, recentemente, eu ouvi alguém dizer assim: “Mas lá tem índio rico”, uma professora que foi fazer pesquisa. E eu disse: - olha, eu não conheço índio

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

rico. O que eu sei é que alguns índigenas, algumas lideranças, em algum momento da história da vida deles, vivem numa condição de ricos. De ter um carro de luxo. De morar numa casa boa. De ter acesso a tudo que os não índios ricos têm. Mas isso é muito do momento, porque eles não têm o hábito de guardar. Não é da cultura deles colocar na poupança, reservar na poupança. Então, o que tem agora, nós consumimos. E quando acabam os recursos também esses, aparentemente, que estiveram ricos, ficam numa miséria. Inclusive pior do que aqueles que nunca saíram da aldeia.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Não dar para voltar atrás.

A SR^a MARIA CECÍLIA FILIPINI – É. Exato.

E aí você tem uma situação, como eu vi de uma grande liderança Suruí que me disse: Olha, a minha situação é que eu deixei de fazer roça e eu vivo de favor na cidade, porque eu não tenho mais condições, não tenho mais disposição para como os meus parentes ir e fazer os roçados.

O que tem acontecido... Eu acho que é uma situação que nos deixa, as vezes, desesperada. Quando eu vejo a situação da Comunidade Cinta Larga que está mais próxima, mais recente, onde recentemente uma liderança indígena nos trouxe uma informação que tinham idosos, crianças, todos embriagados. Tem problema de tráfico de drogas, de armas. Eu não sei se eles estão envolvidos diretamente, não posso dizer isso, mas com certeza a saída desses minérios têm-se dado, também, para justificar esse tipo de tráfico lá dentro. Eles correm risco de vida. Eles são ameaçados de morte, o tempo todo.

Teve uma audiência, como está ocorrendo aqui, em Porto Velho, na Assembléia Legislativa, e uma pessoa que os apóiam veio dizer: “Olha, eles estão sendo cercados”. Como aquela colocação que foi feita pelo Aloir, que as pessoas foram interceptadas, impedidas de participar para falar o que estava acontecendo. Lá, também havia crianças indígenas... Teve pessoas que apanharam, quase morreram. E, hoje eles estão sendo cercados por garimpeiros que dizem: “Se vocês pararem, nós matamos vocês”. Então, há toda essa situação.

E para concluir, quero dizer que realmente a sustentabilidade desses povos é um grande desafio que está colocado para eles, para nós que os apoiamos, para os governos, porque eles têm direito à uma vida decente. Eles têm a terra e agora o desafio é construir um projeto que garanta essa condição de vida digna, e é possível.

Eu li na revista *Veja*, no ano passado. Final do ano retrasado. Que eles faziam uma estimativa sobre o gado na Amazônia, se eu não me engano, rendia em torno de oitocentos milhões, a madeira, a extração vegetal, rendia em torno de dois bilhões, mas eles faziam uma estimativa que se o Governo investisse na exploração, não predatória, das riquezas que existem na Amazônia da biodiversidade seria possível obter em torno de quatro trilhões de dólares. Então, quer dizer, que a floresta em pé é suficiente.

Os índios têm a castanha, têm a copaíba, têm o conhecimento da sua sabedoria que é o conhecimento de medicamentos que poderiam ser explorados, mas não com a legislação que nós temos. Porque a legislação que foi aprovada durante o Governo Henrique Cardoso beneficia nessa exploração da biodiversidade, do patenteamento. Ela veio para atender os interesses dos laboratórios, os interesses internacionais e não beneficia. Ela não só não beneficia as populações indígenas que detém esse conhecimento, mas ela não beneficia o próprio país, o Brasil. Inclusive, tem um Projeto da Sr^a Marina Silva nesse sentido.

É preciso que o novo Governo esteja revendo a legislação. Que haja uma fiscalização para que não ocorra o que ocorreu em Rondônia, que até sangue de índio esses laboratórios levaram para o exterior.

Eu acredito... Os índios têm conhecimento, têm disposição e na suas terras existem recursos capazes de garantir a sua sustentabilidade. O que nós precisamos é de uma política séria, de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

uma política justa, de técnicos sérios que estejam preocupados não com o mercado internacional, com interesses internacionais, com interesses particulares, mas, com os interesses do Brasil, da Nação e com os interesses e os direitos desses povos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Com a palavra, a Dr^a Maria de Fátima Roberto Machado, para responder também todos os questionamentos que tiveram.

A DR^a MARIA DE FÁTIMA ROBERTO MACHADO – Essa pergunta é fundamental, porque essa é a grande questão do momento. Em Mato Grosso há essa acusação no ar de que os índios são empecilhos ao progresso, que os índios têm que sair, que enfim, eles estão atrapalhando ... E dizem: “Eu quero enriquecer. Quero fazer uma economia de mercado internacional e eles estão aí...”. Enfim, essa é a grande questão dos próximos anos, com certeza. Nós vamos ter que ter maturidade para lidar com ela. Há muita demanda de abertura de usina hidrelétrica em área indígena, porque o argumento é de que “a FUNAI abandonou os índios e, portanto, como eu sou bonzinho, eu vou lá dentro da área indígena construir uma usina e, enfim, dar um retorno financeiro para eles e pronto”.

Eu tenho acompanhado a angústia dos índios, porque eles sabem que hoje eles não podem mais contar com essa FUNAI, sucateada, que está aí. Eles estão muito preocupados com isso. Essa discussão tem ultimamente passado pelo Museu.

Quando eu fui ao Canadá, eu fui, justamente, porque fomos convidados para participar do Fórum Anual dos Índios Canadenses, que estão desenvolvendo projetos de sustentabilidade econômica através de recursos dos meios eletrônicos.

Os índios do Canadá estão usando *internet*. E, não digo que são todos, mas, já há um incentivo de alguns milhões de dólares do Governo para que os índios tenham acesso a rede mundial para, enfim, não precisar de intermediários. Os índios têm esse grande problema da intermediação. Eles nunca conseguem atingir a ponta das suas propostas. Eles sempre passam por tantos intermediários que não conseguem levar adiante as suas propostas.

A experiência do Canadá é importante também, nesse sentido, nós fomos convidados pela Embaixada do Canadá para participar desse fórum para falar sobre os índios de Mato Grosso, mas também para acompanhar um pouco dessas experiências. Foram muitas apresentações de índios usando a *internet*, assim, com uma versatilidade impressionante na área de saúde, na área da educação, educação à distância, museus virtuais. Eles têm uma proposta muito interessante de museus virtuais, comércio também, comércio eletrônico nessa área de artesanato, enfim, há muitas experiências importantes no Canadá que nós podemos fazer esse contato com os índios e que, realmente, eu acho esse é o desafio dos índios.

Quer dizer, se a *internet* é um meio de acabar com o intermediário, então, tem que aprender a lidar com a *internet*. Para aprender a lidar com a *internet* tem que ter uma educação básica sólida. Então, são passos que eles têm que tomar porque, à vezes, nós percebemos, é claro, que são pessoas inteligentíssimas, com capacidade de aprendizado rápida - muitas vezes, muito mais rápido do que as nossas crianças que vivem fechadas em apartamentos. E isso está mais que constatado, apesar de matemática e tudo-, eles têm essa dificuldade na negociação.

Eu diria até um exemplo, eu tenho acompanhado um caso de um grupo indígena que tem a proposta de construção de uma usina hidrelétrica do outro lado do rio, não é nem na terra deles. O empreendedor quer construir uma usina na metade do rio que lhe pertence e a pressão sobre os índios é muito forte. Inclusive a FEMA, curiosamente, já deu autorização para o empreendedor construir essa usina e a pressão sobre os índios é muito forte.

E, como eles sabem que os antropólogos vão dar um parecer e tal, eles acabaram pressionando-me para que eu fizesse um parecer favorável à construção dessa usina, enfim, eu aceitei o desafio. Estou discutindo com eles. Procurei os engenheiros da UFMT, da engenharia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

elétrica da Faculdade e falei assim: olha, explica para eles como é que funciona uma usina, quanto ganha quem constrói uma usina, o que vai inundar e o que não vai, o que vai acontecer daqui a alguns anos com esse rio maravilhoso que está passando na área indígena, enfim... Só esse exemplo.

Aí, o índio me disse assim: “Mas eu já falei para o empreendedor que nós vamos aceitar a construção da usina”. E eu disse sim, mas isso é um problema de negociação. Como é que você tem uma bicicleta. Você quer comprar a minha bicicleta. Eu vou prometer para você que eu vou vender a minha bicicleta sem discutir as condições da venda da bicicleta? Eu não posso. Eu vou dar um preço para a minha bicicleta, você vai pedir um abatimento na minha bicicleta e nós vamos fazer uma negociação para que você tenha a bicicleta que você quer. Você não pode, a princípio, dizer ao comprador que não se preocupe porque eu vou vender para você. Eu tenho que saber em que condições eu vou vender para você.

É isso que faz parte da nossa sociedade. É isso que eu estava dizendo sobre importância do diálogo, porque muitas vezes, embora, eu repito, eles têm uma inteligência, uma sagacidade, uma capacidade muito grande. Mas eles não conhecem as regras da negociação da nossa sociedade e nem tem obrigação de conhecer. Nós é que temos obrigação de instrumentalizar os índios para que eles sejam mais capazes de articular-se e se defender na negociação. De fato isso não acontece.

Nós temos essa responsabilidade e foi por isso que eu tentei dizer aqui, quer dizer, falar menos pelos índios e instrumentalizá-los mais, para que eles tenham a capacidade de negociar e de não serem prejudicados. Não perceberem depois e dizer: “Ah, eu fui prejudicado. E agora? Agora o rio está destruído...”. Isso não pode acontecer.

Nós temos que encarar isso. Há opções e sempre as opções são perigosas. A opção do turismo é perigosa. A opção da venda do artesanato é interessante, desde que - nós estamos conversando sobre isso -, eles acabem com o intermediário, pois é o intermediário que ganha dinheiro às custas deles...

Agora mesmo, eu estive numa aldeia dos Parecis e tinha uma Senhora - os índios têm uma tira feita de algodão para carregar criança que é muito bonita, é de uma tecelagem fina. Nós víamos os documentos do século XVII falando dessa tecelagem Pareci que dizia ser esta melhor que a renda da Europa -, a qual falei: Bonito esse artesanato, você faz ainda? “Ah, eu faço. Mas já não faço mais com o fio do algodão tradicional”. Mas por que não faz? “Porque não planto mais algodão, porque não tenho mais semente de algodão para plantar na minha aldeia”.

No meio de uma agricultura de exportação de algodão, com grandes empresários da economia do algodão, e os índios nas aldeias já não tem mais sementes de algodão. Quer dizer, isso indica um problema. Eu sou muito otimista em relação a essa questão do futuro, das negociações, dos caminhos que se pode mudar. Há caminhos, há caminhos. Eu vi isso no Canadá, agora. E há experiências muito interessantes neste sentido. Temos que encarar essa discussão e, às vezes, até parar com certos puritanismos e escutar os índios, procurar instrumentalizá-los melhor para que eles consigam encontrar os seus próprios caminhos. Não somos nós que vamos dizer “façam isso”, “façam aquilo”, mas que eles sejam mais instrumentalizados para conhecer melhor a nossa sociedade e saber lidar conosco em proveito próprio. É isso que tem que acontecer.

Posso responder já ao Sr. Paulo?

Eu quero deixar bem claro que eu fui à posse do Dr. Sérgio da FUNASA. Estou aqui na maior torcida pelo sucesso do Dr. Sérgio. Dei um dado aqui do Sr. Marcos Terena, mas não sei como é que ele calculou. Você tem que perguntar a ele e saber como é que ele calculou e chegou a essa cota de vinte e dois reais por índio por ano.

Eu até diria a você que, às vezes, gastos com ONGs não é gasto com índios. Tem essa diferença. Os índios, inclusive, estão com alguns questionamentos neste sentido. Isso é o que eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

quero dizer. Eu acho que a FUNASA tem um papel importante, e desejo todo o sucesso ao Dr. Sérgio (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Vamos passar, agora para a finalização, com a Professora Maria Clara.

A SR. MARIA CLARA VIEIRA WEISS - Eu agradeço a participação, aqui, o convite. Estamos a disposição para discutir as questões relacionadas à saúde indígena. Parabenizar, também, a fala do representante do Dr. Sérgio, na FUNASA. Colocar que nós temos perspectivas muito positivas com relação a essa gestão. E, também, agradecer a atuação dos nossos representantes: Vereadores, Deputados, Senadores, no Governo municipal, estadual e federal. Manter algumas falas, aqui, de apelo em relação ao comprometimento com a causa indígena, e que muitos eventos relacionados ao assunto aconteçam nos próximos anos. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Concedo a palavra, para as considerações finais, a Sr^a. Jacira Monteiro de Assis.

A SR^a JACIRA MONTEIRO DE ASSIS – Eu quero agradecer, mais uma vez, a Casa por ter-nos recebido. Quero agradecer aos organizadores do evento.

Eu gostaria de lembrar, mais uma vez, aos indígenas que estamos de portas abertas para receber todas as reivindicações, as demandas, as denúncias. Contem conosco e com alguns projetos até, que são encaminhados em termos de determinação da sustentabilidade, como estamos acompanhando, talvez, a possibilidade de ter para os índios uma parcela do ICMS ecológico, que é um projeto do ex-Deputado Gilney Viana. Enfim, nós estamos acompanhando todas as demandas, demarcação. Estamos acompanhando a FUNAI com as coisas que estão pendentes. Nós estivemos na FUNASA, falando com Dr. Douglas que é o representante da Escola Paulista, com os moradores do Parque do Xingu. Contem conosco, porque nós estaremos sempre com as portas abertas para que se efetive a legalidade e se efetivem os direitos dos indígenas. Obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Com relação ao Projeto do ex-Deputado Gilney Viana, do PT, que trata do ICMS ecológico, que foi bem lembrado pela Sr^a Jacira, eu quero dizer que lá em Juína o Prefeito já está discutindo com os Enawenês-Nawês e com os Cintas Largas. Nesse caso, os Rikbaktsa terão que discutir com Brasnorte a questão do repasse de parte desse recurso para a questão ecológica.

Concedo a palavra, ao Sr. Paulo Henrique, porque foi endereçada uma pergunta a ele.

O SR. PAULO HENRIQUE – Eu quero responder a pergunta feita anteriormente, com relação à proteção dos povos indígenas, inclusive, com as lideranças que sofrem ameaças.

Eu acredito que a partir deste evento saia um pensamento mais profundo com relação à segurança das lideranças indígenas. Como os juízes e demais autoridades têm a sua segurança, que nós, povos indígenas, deveríamos ter também a nossa segurança. Nós passamos por momentos difíceis, inclusive como esse que o Sr. Aloir citou, não só ele como eu também passei por esse mesmo momento. Porque nós defendemos na nossa área e justamente é esses que lideram e defendem, realmente, a área é que eles vão procurar. Aqueles que se entregam, que se deixam serem levados por ofertas, geralmente, estão do lado dos madeireiros. E isso que nós não queremos.

Eu vou deixar bem claro que vou continuar defendendo os nossos direitos, as nossas terras e tudo aquilo que existe não será mexido, enquanto estiver ao nosso alcance. E vamos procurar organizar melhor.

Eu peço, aqui, que toda sociedade, tanto a escola pública, escolas particulares e autoridades possam voltar um pouco de atenção com relação à segurança indígena.

Eu peço aqui segurança, não só para nós do Estado de Mato Grosso, mas para todas as lideranças indígenas que são ameaçadas, principalmente, ao Ministério Público para que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

seja mais sensível à situação das causas indígenas. Que as ações sejam tomadas judicialmente o mais rápido possível dentro das questões que chegam ao conhecimento desse Ministério. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Vamos passar a palavra, agora, para a Sr^a Maria Regina Rodrigues, Coordenadora do CIME, aqui em Mato Grosso, para que possa fazer um encaminhamento.

A SR^a MARIA REGINA RODRIGUES – Eu fiquei encarregada de falar, não só em nome CIME, mas de todos que ajudaram na organização dessa Audiência Pública. Nós tivemos várias dúvidas se realizaríamos ou não, se faríamos seminários, houve vários contratemplos e nós conseguimos. Apesar de ter dificuldades para estar arguindo representantes indígenas, nós conseguimos fazer essa Audiência Pública.

Gostaria de fazer uma observação: dizem que nada é por acaso, mas, a maioria na composição da Mesa são mulheres que têm, também, um olhar diferente para essas questões. Nós fomos programando e, no final do convite, percebemos que a maioria era mulheres, com raras exceções. Ainda bem que estamos contribuindo na discussão e no avanço, também, da participação das mulheres.

Eu gostaria de falar sobre algumas preocupações que nos levaram a realizar esta audiência. Uma das grandes preocupações é que de janeiro para cá já ocorreram vários assassinatos, várias mortes com os povos indígenas. Não podemos deixar isso passar em branco na Semana dos Povos Indígenas. Claro que houve um aumento da população, de 350... Mesmo que os dados possam não estar corretos, mas mesmo assim, vemos um crescimento na população indígena. Ontem o Sr. Víctor colocou que os índios estão trabalhando muito para que esse crescimento ocorra. Isso é muito importante.

E não podemos deixar de, nestes momentos, colocar essas preocupações. Temos um Governo Federal onde acreditamos, apesar de alguns descontentamentos com relação aos povos indígenas, é um governo que podemos ter interlocutores e podemos estar cobrando diretamente o compromisso que esse Governo tem com os povos indígenas.

Já no caso do Estado temos outra relação, mas, acho que todos estão abertos ao diálogo, isso é importante.

Eu queria colocar um fato. Na questão federal, temos muita preocupação de que haja um retrocesso quando se coloca, não publicamente, que a demarcação das terras indígenas deveriam passar pelo Congresso Nacional. Isso é um retrocesso.

Há casos gritantes como todos sabem, como o de Roraima, Raposo Serra do Sol, onde, apenas para assinatura para homologar aquela área está engavetado. E, neste Governo, todos os povos indígenas deveriam se mobilizar porque é uma área onde vários povos correm risco de vida, porque a cidade invadiu as terras. É um momento de preocupação que todos devemos ter.

Temos aqui a presença de várias pessoas para os encaminhamentos. Várias propostas foram colocadas e o principal é que apesar das nossas divergências, das nossas diferenças, que há e não podemos negar, nós temos uma causa comum, que é a defesa dos povos indígenas.

Há uma dificuldade sim, de fazermos uma articulação. Ontem, conversando com a Sr^a Fátima, falávamos, ou nos aliamos, ou vamos ser pegos de surpresa com o que vem por aí.

Mesmo que tenhamos setores com os quais nós divergimos, nós sabemos há um senso comum que é o de os povos indígenas estarem vivos, continuarem vivendo. Porque nós vemos várias ações de extermínio de outras formas. Então, ou nós nos unimos ou corremos o risco de ficarmos nos lamentando daqui a alguns anos. Ou nós ou os filhos e outras gerações.

Eu acho que a proposta é esta. Nós, infelizmente, apesar de termos poucos Parlamentares do Estado que defendem a causa indígena, mas, que eles se comprometam de serem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

interlocutores junto com o Governo Federal nos direitos dos povos indígenas nas suas reivindicações.

Eu acho que as entidades não governamentais também, têm que se comprometer a isso, e buscar esse diálogo. Porque às vezes nós sentimos dificuldade para chamar alguém para participar. Como é que faz? Chama todo mundo? É aberto? Nós vamos colocar na mesa os problemas e tentar tirar alguns resultados. Acho que é isso que é importante.

Ontem, um grupo de representantes indígenas se reuniu e fez um documento, inclusive, pensando nessas propostas. Eu não sei com quem está, porque eu saí antes. Eu acho que poderia ter uma pessoa lendo o documento, antes de irmos para o encerramento da dança.

Quero agradecer a todos que vieram a esta Audiência Pública e que todos saiam comprometidos e sensibilizados pela causa indígena em Mato Grosso, no Brasil e na América Latina (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Vamos passar a leitura do documento.

A SR^a SIMONE TAHUARA – Bom-dia a todos.

Eu vou ler a proposta.

“Os Direitos dos Povos Indígenas, na Audiência Pública da Assembléia Legislativa, em 25.04.2003.

Esta Audiência, requerida pelo Deputado Ságuas, com a finalidade de debater as reivindicações dos índios de Mato Grosso é uma oportunidade de nos manifestarmos. Nós, povos indígenas de Mato Grosso, repudiamos a ação do atual Governo do Estado, principalmente, em relação às terras indígenas, à saúde e à educação dos povos indígenas.

Pedimos para que sejam reconhecidas, valorizadas e fortalecidas as Associações Indígenas e seus projetos:

Queremos:

- Proteção e segurança para as lideranças indígenas ameaçadas.
- Que seja fortalecida a ADR de Juína (FUNAI) e sejam criadas novas ADR's mais próximas das terras indígenas.
- Apoio para as atividades produtivas dos povos indígenas e para novas formas de produção sustentável.
- Que os municípios repassem os recursos do ICMS Ecológico para os povos indígenas que preservam seus territórios (Lei Complementar nº 73 de dezembro de 2000, do Sr.Gilney Viana).

Em relação à saúde, é preciso tomar providências, pois as aldeias estão abandonadas e a FUNASA não está cumprindo com as suas obrigações. Esperamos que o órgão responsável pela saúde indígena cobre melhor desempenho de suas prestadoras de serviço.

- Que aumente os recursos para saúde indígena.
- Que os recursos do Conselho Distrital de Saúde sejam repassados diretamente às ONG's, na data prevista, com acompanhamento dos indígenas.
- Que sejam contratados mais Agentes Indígenas de Saúde.
- Que seja cumprida a legislação vigente.

Em relação à terra, esperamos que o governo demarque e homologue as terras indígenas que ainda não estão demarcadas.

- Que todos os invasores sejam retirados das terras indígenas e que sejam punidos de acordo com a lei.
- Que sejam processados os invasores que cometeram crime contra as terras indígenas, tal como desmatamentos e queimadas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

- Que sejam revistos os limites das terras indígenas que são insuficientes para alguns povos.
- Que nenhum projeto de lei venha a regularizar a exploração em terras indígenas de usinas hidrelétricas, ferrovias, estradas, bases militares, pontes, etc.
- Que as grandes plantações ou outros empreendimentos cumpram as leis vigentes em relação à preservação do entorno dos territórios indígenas e das margens dos rios que vão passar em território indígena.
- Que seja cumprida a Constituição de 1988, que ampara os direitos dos povos indígenas.
- Que os territórios indígenas estejam sempre em poder da União, com usufruto dos povos indígenas.

Salientamos que vamos continuar reivindicando estas providências através das associações indígenas. Aprofundando mais esses debates para que os Srs. Deputados e a população em geral conheçam a realidade indígena. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) – Bom antes da dança, para encerrarmos a presente Audiência Pública, vou ler uma pequena reflexão. Tem um *site* que é A Visão dos Índios, *Índios na Visão do Índios*:

“REFLEXÕES

Hoje, nós queremos ensinar ao ‘branco’ a AMAR A NATUREZA, proteger o ambiente, conversar com os animais, não extinguir espécies, tirar da natureza só aquilo que precisa; como também a AMAR A SUA FAMÍLIA, respeitar os idosos e as crianças, viver com todos como irmãos. Eu tenho sentido os ‘brancos’ com muito interesse em aprender esta harmonia.

Em uma sociedade indígena cada pessoa da comunidade tem uma função, desde o cacique e os conselheiros até o pescador, o caçador, o farejador, o ceramista. Mesmo o fabricante de arco, que não necessariamente é o melhor atirador, como nem sempre o melhor coletor de ervas do mato é quem necessariamente melhor sabe fazer os remédios... Assim cada um tem uma função.

Ao contrário do modelo social capitalista, onde poucos têm função e os pobres são desprezados. Para nós uma criança que sobe muito bem nas árvores tem um doutorado naquela atividade e cada atividade do povo é importante. Quando se perde alguém que não repassou para outro sua sabedoria é uma grande perda para toda a comunidade. Só se é índio, em grupo. Todos juntos formam este corpo que é o Grande Índio. Quando falta alguém é como a falta de um órgão para o corpo. Um corpo sem uma mão é um corpo incompleto.

Hoje, na sociedade de vocês, não existe corpo. Existem várias cabeças. São muitas siglas, secretarias, ministérios, associações, mas se todos honrassem sua função cumprindo a Lei, o Brasil seria um País altamente desenvolvido. E, esse problema não é só nacional, é global. Hoje, se fala de desenvolvimento, mas parece que se refere só à matéria, esquecendo o social, o cultural, o ambiental e o espiritual.

Os políticos e os cientistas só enxergam o ponto de vista econômico e tecnológico. Desenvolvimento mesmo só existe quando é completo, quando deixa de ser uma luta, de ser uma luta pela sobrevivência como a nossa, e passa a ser um viver em verdade, harmonia e alegria.

Para vocês, primitivo é atrasado, para nós, quanto mais primitivo for o conhecimento, mais avançado ele é. Por exemplo: se nós vivemos cinco mil anos, é porque tínhamos uma sabedoria tradicional, modelo. Vivemos sem ter fome, sem ter pobres, sem ter injustiças, sem ter violência. Hoje, existem guerras onde morrem crianças. Nós tínhamos lutas que tinham um critério. Hoje, se busca extinguir uma raça comprometendo o futuro. Nós não obrigávamos a outra cultura a crer num outro Deus.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

Era essa a reflexão que eu gostaria de deixar aqui.

Passo a palavra, para a Vereadora Enelinda Scalla que quer fazer um convite.

A VEREADORA ENELINDA SCALLA – Eu convido a todos os presentes para participar conosco da organização de um seminário que vamos realizar sobre o nosso Programa de Governo Fome Zero. Nós fizemos a primeira reunião ontem, na Câmara, e agradecemos, Deputado Ságuas, a participação da sua equipe lá e dos demais.

O objetivo desse seminário, que provavelmente vamos realizar no dia 23 de maio, é para mostrar para toda população a amplitude deste Programa, do resgate da cidadania e da inclusão do nosso povo brasileiro.

Eu quero também, Deputado Ságuas, dizer que o nosso mandato na Câmara tem feito um esforço muito grande de sensibilizar a classe política que lá está, para as necessidades sentidas das nossas populações. Não só a população indígena, mas de todo conjunto da sociedade cuiabana. Agora, também, nós, com a nossa companheira que está fazendo parte do nosso mandato e que nos tem trazido a realidade dos povos indígenas.

E, nós gostaríamos de dizer para o companheiro Vítor que - ontem nós tivemos o grande prazer de na Câmara, na Tribuna Livre-, nós tivemos muito prazer em convidá-lo para participar da Tribuna Livre para sensibilizar aquela classe tão insensível sobre a problemática dos povos indígenas.

Agora, a Professora Enelinda é a Vereadora do povo e está em todos os lugares, onde é possível estar. Eu - só para concretizar -, tive uma felicidade muito grande no Pascoal Ramos à noite, nesta semana, em que uma pessoa disse assim: – “Professora Enelinda, é a primeira vez que eu sento com um político para conversar assim, face a face, como estou fazendo com a senhora”.

Eram nove horas da noite lá no Pascoal Ramos.

Disse ainda: – “Que pena, porque a senhora poderia ser dez, não só uma”.

É isso que nos enche a alma, ouviu, Deputado Ságuas. É essa luta tão grande que é a nossa. Poucos Parlamentares do PT, ainda no Estado, com muita demanda...

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Eu vou lembrar que o grupo de dança já se foi preparar e eu vou fazer o encerramento para que o pessoal da taquigrafia possa encerrar a Ata desta Audiência Pública. E encerrando esta Audiência Pública agradeço a presença das autoridades, das entidades de classe e de todos os presentes, nosso muito obrigado. E vamos agora aguardar a dança que acontecerá nos próximos minutos.

(NESTE MOMENTO, O GRUPO DE DANÇA APRESENTA-SE)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Está encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Rossana Valéria Guerra;
- Tânia Maria Pita Rocha;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2003, ÀS 08:00 HORAS.

- Revisão:

- Denize Maria Soares Martins de Siqueira.